PRONUNCIAMENTOS DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2026, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a 36ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura.

Votação da Ata. Srs. vereadores e Sras. vereadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Orlando Palhinha.

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Boa tarde a todos e a todas. Sr. presidente, não há Expediente sobre a Mesa nesta tarde. Não há Expediente nesta tarde.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Srs. vereadores e Sras. vereadoras, encontram-se sobre a Mesa as licenças dos vereadores Kênio Rezende, Randerson Leal, Isabela Sousa e Felipe Santana. Sras. vereadoras e Srs. vereadores que

aprovam as licenças permaneçam como estão. Aprovadas as licenças.

Inscrição para Registros. Vereador Ricardo Almeida. Vereador, só um instante. Vereador Ricardo Almeida, Orlando Palhinha, Aladilce, Eliete Paraguassu.

Para Registro pelo tempo de três minutos, vereador Ricardo Almeida.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO – **REGISTRO.**

Sr. presidente, quero fazer um Registro e contar aqui com a atenção dos meus colegas. Vereador Maurício Trindade, esses dias, conversando com um amigo meu, vereador Rodrigo Amaral, ele se queixava do preço das coisas no nosso país. Ele apresentou, vereador Kiki Bispo, o preço de uma garrafa de água no aeroporto de Brasília. Pasmem, R$ 12 aquela garrafinha de 330 ml, que não é nem mais 500 ml.

E eu disse pra ele: está barato. Cara não é uma garrafinha de água no Aeroporto de Brasília, caro é o aperto de mão no Aeroporto de Salvador; caro é o abraço de despedida no Aeroporto de Salvador; caro é o beijo para depois voar no Aeroporto de

Salvador. Aqui é R$ 18 um aperto de mão que não precisou passar por nenhuma etapa de industrialização.

Quero dizer com isso que tenho posicionamentos claros, que não me excluo daquilo que acredito, não me escondo e nem me furto às responsabilidades que o povo desta cidade me confiou, de defender os seus interesses, vereador André Fraga.

Eu tenho certeza de que é do interesse do cidadão de Salvador que esta Casa o proteja dessa cobrança. Ou, no mínimo, que haja bom senso por parte da concessionária em estender esse período de tolerância, porque em 10 minutos é impossível, vereador Duda Sanches, que alguém desembarque, retire mala, se disperse e entre no aeroporto, tendo em vista que já existe uma demora para encontrar a vaga para encostar o carro, porque a fachada do aeroporto é pequena, é curta.

Outro detalhe importante, e isso precisa da atenção desta Casa. Há um precedente que nós não podemos permitir que seja aberto. *Shopping center*, vereadora Aladilce Souza, tolera por 30 minutos. Se o aeroporto tiver a concessão dada por esta Casa, de tolerar apenas por 10 minutos, quem garante que no dia seguinte os *shopping centers,* os hospitais e clínicas que cobram, façam o mesmo e cobrem por 10 minutos?

(*Toca-se o sinal indicando o fim do tempo do orador.*)

Com sua tolerância, Sr. presidente.

Não sou contra a atividade empresarial. Aliás, faço um friso: sou um dos que mais defende na Tribuna a atividade empresarial. A minha própria formação acadêmica e profissional me obriga a isto. Reconheço no empresário a figura do herói e não do vilão. Alguém que tirou seu recurso e investiu num país com tanta instabilidade jurídica, fiscal, econômica é alguém que merece ser aplaudido e reconhecido.

Portanto, não é a atividade empresarial que estou questionando, o que estou questionando é a intolerância, é a incoerência, por um tempo tão limitado para que alguém encontre uma vaga para encostar o carro, descarregue a mala e se despeça.

Portanto, cara não é a garrafinha de água no Aeroporto de Brasília, caro é o aperto de mão no Aeroporto de Salvador. Que esta Casa se posicione para que isto não aconteça na nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Ricardo Almeida.

Para Registro, pelo tempo de três minutos, vereador Orlando Palhinha.

Peço ao vereador André Fraga para assumir a 1ª Secretaria da sessão.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde a todos e todas.

A minha fala também vai de acordo com o que o companheiro Ricardo acabou de falar. Eu estou vereador nesta Casa há seis mandatos. Apresentei ao prefeito Bruno Reis uma indicação aprovada por esta Casa para que a Zona Azul da nossa cidade, aos sábados, domingos e feriados, possa ser gratuita nas áreas onde tenham praças, para que em Salvador as famílias possam desfrutar das ruas de lazer, das praças. Hoje, do jeito que está, as pessoas de baixa renda, desempregadas, com salário-mínimo, sequer podem ir a uma praça pública, comprar um picolé e pagar a Zona Azul. Então, acho que a Câmara de Vereadores, que a gente dê esta contribuição ao povo de Salvador, liberando a Zona Azul, sábado, domingo e feriado, onde estiver no entorno das praças da nossa cidade.

Segundo, a minha fala vai ao lado do vereador Ricardo. Nós não podemos, a Câmara de Vereadores, validar um projeto desse, de uma cobrança a partir de 10 minutos de estacionamento no Aeroporto de Salvador. Você imagina que a gente está falando de baixa estação, nós já temos problema no desembarque, até saltar

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

do carro e tirar as malas. O cara quando passa na catraca, até encostar, Kênio, para descarregar as malas, dar um abraço na sua esposa, seu esposo, seu ente querido, ao retornar no guichê seguinte, já se foram os 10 minutos. Então, é um absurdo! Se querem cobrar o estacionamento do aeroporto, que seja na mesma célula que tem um *shopping center*, cobrar a partir dos 30 minutos.

Salvador é uma cidade pobre, Salvador é uma cidade que nós vivemos, eminentemente, Ricardo, do turismo, das pessoas que frequentam Salvador e levam uma má impressão desgraçada — me perdoem a palavra — de Salvador. Se a Câmara de Vereadores legalizar este projeto, cobrando estacionamento no Aeroporto de Salvador, como disse Ricardo, será o beijo e o abraço mais caro do país.

É uma vergonha! É um absurdo! Não vou me esconder de votar o projeto, votarei favorável, sim. Se tiver emenda a partir do 31º minuto, eu vou votar favorável ao projeto, porque a gente tem que ter esta linha. A Câmara de Vereadores, nós temos responsabilidade com a população de Salvador, porque lá atrás e lá na frente nós vamos ser cobrados, Cezar. A população acompanha esta Casa, nós sabemos.

Sou empresário, sou administrador, tenho formação em direito, sou empresário também, mas a gente não pode validar que o Aeroporto de Salvador cobre o estacionamento a partir de

10 minutos de tolerância. É inconcebível, Salvador não aceita e eu, se continuar o projeto, voto contra.

SR. VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Comunicação Inadiável, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Orlando Palhinha.

Comunicação Inadiável, vereador Ricardo Almeida.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL.**

Sr. presidente, apenas para complementar, já que os três minutos não me foram suficientes e eu ainda contei com a tolerância de V.Exa. para a minha fala anterior. Não é R$18 para estacionar não, Palhinha; é R$18 para se despedir.

Aí esse mesmo amigo que me falou da água, ele me disse "mas em qualquer cidade do mundo se cobra". Eu disse que, em qualquer cidade do mundo, o salário-mínimo dá para pagar as contas, dá para o trabalhador viver com o salário-mínimo. Em qualquer cidade do mundo, tem-se uma saúde digna, educação digna, segurança digna. Não é ainda o nosso caso.

Então, nós não podemos nos comparar com qualquer cidade do mundo. Volto a dizer: a questão não é contra a atividade empresarial, a questão não é contra o ordenamento, a questão não é contra a preocupação em tirar dali aquele engarrafamento; a questão é apenas contra a cobrança ao aperto de mão mais caro do mundo. Salvador vai entrar para o Guinness Book: o aperto de mão mais caro. Não vai ser a garrafa de água, não. É o aperto de mão mais caro do mundo, R$ 18 para apertar a mão. É isso que nós vamos pagar. E se forem quatro mãos, você vai fazendo as contas, R$ 36, R$ 72.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereador Ricardo Almeida. Para Registro, pelo tempo de três minutos, a vereadora Aladilce Souza.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 **- REGISTRO.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, ontem foi um dia de muitas notícias, muitas novidades. Eu quero aqui destacar que o STF condenou o Eduardo Bolsonaro a quatro anos e dois meses de reclusão por tentar interferir no processo sobre tentativa de golpe.

O Eduardo Bolsonaro, que fugiu do Brasil para os Estados Unidos, foi lá pedir interferência de Trump para livrar o seu pai da cadeia, livrar o seu pai que foi condenado por tentativa de golpe, tentativa de assassinato, de tramar o assassinato do presidente, do vice e do ministro Alexandre de Moraes.

Então, ontem o STF brilhou, fez justiça em mostrar ao povo brasileiro que aqui tem justiça, democracia que cada vez mais se consolida e que é preciso respeitar as instituições e o povo brasileiro.

Acho que todo mundo lembra que além de interferir ou tentar interferir sobre autoridades aqui no processo de julgamento contra o seu pai, o Eduardo Bolsonaro ainda fez apelos para que o presidente Trump taxasse o nosso país, as mercadorias brasileiras, as operações econômicas de exportação para os Estados Unidos, numa atitude de lesa-pátria, numa atitude antipatriótica.

Eu acho que é preciso que a gente reflita isso. Esse ano nós temos eleição no país e é preciso que o povo saiba fazer a escolha certa. Seguramente nenhum elemento dessa família deve ser contemplado, deve ser analisado como candidato à Presidência da República, porque é uma família de pessoas e de lideranças — que se consideram lideranças — que tem péssimos serviços prestados a esse país, envolvidos inclusive com o grande esquema

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

de fraudes e de roubo do dinheiro público, roubo ao povo brasileiro, que é o caso do Master.

Então, Sr. presidente, eu acho que a gente precisa, esta Casa que representa o povo de Salvador precisa discutir, debater, porque é uma casa política. Nós estamos em ano eleitoral e nós temos que orientar, vereador Palhinha, a população, os nossos eleitores, as nossas bases, a como votar nas eleições de outubro próximo.

Sr. presidente, quero também dizer que me associo aqui às palavras do vereador Ricardo Almeida. Eu acho que é um assunto que precisa ser debatido nesta Casa. Tem um projeto de lei aí para ser votado, eu acho que a gente precisa aprofundar esse debate e fazer a escolha que seja melhor para o nosso povo. Com certeza, essas cobranças são muito perigosas e acabam onerando o nosso povo mais ainda.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereadora Aladilce.

Vereadora Eliete Paraguassu, para Registro, pelo tempo de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **REGISTRO.**

Sr. presidente, Galerias, eu uso o meu minuto de Registro para informar que o mandato está acompanhando a situação de São Tomé de Paripe e acho que a sociedade está acompanhando.

Tem dez dias que o prefeito Bruno Reis decretou a situação de emergência em São Tomé e de Paripe e, pasmem, decretou, mas viajou para Brasília. Está tudo emperrado, porque precisa do prefeito para solicitar e montar a equipe de gestão para atuar nas políticas, nas necessidades de São Tomé de Paripe. E aí o prefeito está em viagem. Então, decretou, mas não resolveu.

O ministério, o MDA, está para disponibilizar 1.200 cestas básicas, mas precisa que o prefeito envie o decreto tanto para o governo estadual quanto para o governo federal para que essa política seja transversal.

Então, está difícil. Passo aqui para chamar os vereadores da base do prefeito. Pedir... orientar, na verdade, porque me parece que quem está ao lado do prefeito Bruno Reis não está orientando esse prefeito como deveria ser orientado. A gente precisa entender que já são cinco meses de calamidade em saúde, situação pública, no caso de São Tomé de Paripe. Decreta, mas não resolve. Portanto, passo aqui para informar sobre isso.

Também, quero agradecer ao nosso presidente Lula, que recebeu a demanda de São Tomé de Paripe, o Ministério da Pesca, no nome do ministro Edipo, da nossa companheira, prima,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Margareth Menezes, que tem também colocado as pautas de São Tomé de Paripe. Mas espera-se que o prefeito decrete, que faça valer o decreto, para que essa política pública...

Veja, a Secretaria de Combate à Fome e à Pobreza deu uma cesta básica no mês de fevereiro ou março, e não deu mais. Então, a gente está falando de cinco meses, uma cesta apenas, para 440 pessoas, e todo o restante da comunidade ainda está lá na maior vulnerabilidade.

Então, dá para perceber que as pessoas na Cidade do Salvador não importam. E aí a gente sabe o porquê. Quando eu falo do racismo é exatamente por conta disso. São cinco meses de calamidade pública, de calamidade à saúde e o decreto ainda não fez valer essa lei. O prefeito dá e viaja, deixa a comunidade à mercê do Deus dará.

Portanto, queria passar aqui para dizer como está a situação de São Tomé de Paripe. Peço aqui aos vereadores da base que ajudem a orientar esse prefeito.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigada, vereadora Eliete.

Para Registro, vereadora Marta Rodrigues, pelo tempo de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **REGISTRO.**

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras, Galerias e também a quem nos acompanha nas nossas redes sociais.

Sr. presidente, eu também quero trazer aqui, seguindo a linha da vereadora Aladilce, que já me antecedeu, que mais um golpista foi condenado. Então, é importante a gente trazer esse debate para o Registro nesta Casa. Eduardo Bolsonaro passou anos de patriota enquanto trabalhava contra o próprio país, contra o Brasil, contra a nossa nação. Foi aos Estados Unidos tentar constranger ministros do STF, pressionar as instituições e criar um ambiente de intimidação, para livrar o seu pai da responsabilização pelos crimes cometidos contra a nossa democracia. O resultado chegou, chegou a condenação: está inelegível e desmascarado.

O bolsonarismo sempre confundiu interesse familiar com interesse nacional. Achavam que poderiam atacar as instituições, desacreditar a Justiça e fugir das consequências. Não puderam. Depois do pai, agora é a vez do filho sentir o peso da lei.

E é isso que nós pedimos no período todo, quando estivemos nas ruas fazendo as manifestações e pedindo justiça. A Justiça segue cumprindo o seu papel e o Brasil não pode

esquecer quem tentou submeter as instituições aos interesses de um projeto autoritário de poder sem respeitar a nossa democracia, que foi construída fruto de muitas lutas, de muitas ações. Isso foi o que nós vimos com essa condenação.

Então é isso que nós esperamos da nossa Justiça, que cada vez mais, com celeridade, tem que agir. Nós subimos aqui algumas vezes nesta Tribuna — para concluir, Sr. presidente Claudio Tinoco — para poder também trazer e fazer ecoar as nossas vozes nas ruas, no Brasil inteiro, mas aqui também, em Salvador.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Obrigado, vereadora Marta Rodrigues.

Para Registro, vereador Sílvio Humberto, pelo tempo de três minutos.

(*O vereador Sílvio Humberto sinaliza que o presidente pode passar a palavra a outro orador.*)

Pula! Vereador Duda Sanches, pelo tempo de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR DUDA SANCHES (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **REGISTRO**.

Queridos colegas, amigos, volto mais uma vez a esta Tribuna para falar de um assunto que diariamente eu sou confrontado, que é a saúde: a saúde pública no governo do estado, a saúde pública na capital — no que cabe ao governo, a fila da regulação — e a saúde dos municípios da Bahia. Estou sendo bombardeado nas redes sociais com um número incomum de recém-nascidos, vereador Cezar Leite, da cidade de Santo Antônio de Jesus, pois a cidade — e agora fica uma sugestão à gestão municipal — não tem uma maternidade municipal.

Esse assunto não corresponde à nossa capital, da qual eu sou vereador, mas a nossa capital, sim, está recebendo, na nova Maternidade Alan Sanches, crianças de todo o estado da Bahia, inclusive de Santo Antônio de Jesus, aquela cidade-polo onde a saúde é uma referência para todas as cidades do Recôncavo; uma cidade-polo onde seu comércio ensina a todas as cidades ao redor como fazer, ela não tem uma maternidade municipal. Crianças recém-nascidas, crianças com um futuro inteiro pela frente, pela ausência dessa maternidade...

Está aqui uma sugestão para que a Prefeitura possa iniciar esse processo. Eu mesmo chegarei para ajudar no que for preciso, trazendo o exemplo da Maternidade Alan Sanches. A cidade de Santo Antônio precisa ter uma maternidade municipal. As portas de Salvador estão abertas para que a gente possa mostrar à gestão da cidade de Santo Antônio o hospital de ponta que nós

construímos aqui em Salvador, que leva o nome do meu saudoso pai, para ver como se faz.

A gente precisa dar uma resposta a mães, pais e famílias que sofrem diariamente nos primeiros dias após o dia mais feliz da sua vida, que é o nascimento das suas crianças. Não precisamos mais ver nas televisões pessoas fechando avenidas e fechando estradas para que crianças, gente, crianças sejam atendidas. Fica aqui o meu apelo da capital para que cidades do interior, como Santo Antônio de Jesus, possam ter as suas maternidades municipais.

Este colega, este amigo, Duda Sanches, estará aqui para ajudar no que for preciso. Coloco-me à disposição para que a gente possa atrair investimentos, conversar com parceiros e, de uma vez por todas, resolver o problema das mães e dos pais que estão vendo as suas crianças recém-nascidas morrerem por falta de uma maternidade municipal em Santo Antônio de Jesus. Isso não deve continuar assim.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Muito obrigado, vereador Duda Sanches, futuro deputado federal.

Para Registro, o vereador Cezar Leite, pelo tempo de três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **REGISTRO**.

Boa tarde a todos os presentes. Obrigado, Sr. presidente.

Veja só, quem me antecedeu aqui foi uma vereadora do Partido Comunista do Brasil, isso mesmo...

SR. VEREADOR DUDA SANCHES (PSDB): Não! Fui eu!

SR. VEREADOR CEZAR LEITE (PL): Antes! Não você, Dudinha. O comunismo matou mais de 100 milhões de pessoas no mundo. Mas, como sempre, é a turma que falta com a verdade, é a turma que utiliza como instrumento a mentira todo o tempo.

Eduardo Bolsonaro foi condenado por defender o Brasil. Ele está nos Estados Unidos porque senão estaria preso, como Daniel Silveira foi preso, como Ramagem estaria preso, como algumas senhoras, com bíblias, que estavam nas praças no Oito de Janeiro foram presas.

Mas nada se fala do narcoterrorismo, de facções que dão tiro em vereador do PL, no Rio Grande do Norte, de facções criminosas que ameaçam vereadores e parlamentares de direita. Depois vem uma vereadora, irmã do governador Jerônimo, dizer sobre família, que a família do Jair Messias Bolsonaro está envolvida com corrupção.

Mas eu quero lembrar que a delação do Vorcaro falou o nome do galego daqui da Bahia, o Jaques Wagner. Falou o nome do Rui Costa. Esses dois estão na delação. Flávio Bolsonaro? Não vi nome, não tem na delação.

Vamos falar de família, vamos falar do Lulinha, o filho do papai, Lulinha, que está foragido. Recebia R$ 300 mil por mês do Vorcaro para fazer intermediações. Vamos falar sabe de quem? Do próprio Lula. Olha só, o Lula é tão viciado em meter a mão na coisa dos outros que pega caneta na ONU e lápis. Olha para um lado, para o outro, bota na bolsa da Janja, a companheira dele ali, e leva caneta. Isso é vício! Isso já é vício do Lula de meter a mão no dinheiro do aposentado, do INSS.

Então o Brasil que a gente está vivendo é um Brasil onde existe um tribunal revolucionário hoje, que é o Supremo Tribunal Federal, em que ministros hoje fazem política dentro da Corte; onde ministros hoje caçam, perseguem deputados, vereadores, políticos de direita no Brasil todo.

Você não tem direito a falar, você não tem direito a questionar qualquer nível de pensamento desses senhores, que não foram eleitos. Isso é utilizado hoje como instrumento de um governo federal, que é o governo do Lula. Ao invés de apoiar o povo brasileiro, sabe o que o Lula faz? Viaja, gasta quase R$ 700 milhões em viagens com a Janja. Mas cortou...

Eu não vi nem a vereadora do PT, nem a vereadora do Partido Comunista falar do corte de R$ 1,6 bilhão das universidades federais. Não falam nada! E o reitor, que sempre apoia, que abraça a universidade a favor do socialismo, a favor da luta dos trabalhadores, está de bico calado, quando a Universidade Federal da Bahia, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro não recebem dinheiro federal.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, vereador.

SR. VEREADOR CEZAR LEITE (PL): Não tem papel higiênico, não tem papel, não tem lápis, não tem nada na Universidade Federal da Bahia. Desmontaram toda a universidade, mas ficam calados. E vêm com mentiras aqui acusando Eduardo Bolsonaro de estar fugindo por causa da lei. Não! Ele está trabalhando nos Estados Unidos a favor do Brasil.

Também é muita mediocridade achar que um presidente como Donald Trump vai ser influenciado para aumentar tarifas porque alguém pediu.

Isso é muita imaturidade política ou então mau caratismo.

Obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Cezar Leite.

Há para falar o vereador Tinoco. Líder do governo... Cadê o líder do governo? V.Exa. fez o requerimento? Já foi feito o requerimento?

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Questão de Ordem, vereador Kiki.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, tendo em vista a complexidade da matéria, a falta de entendimento e um tempo maior para que a Casa se debruce sobre os projetos dos vereadores, faço um requerimento a V.Exa. e à Casa: que possamos apreciar os projetos de lei dos vereadores, de autoria dos vereadores, numa pauta exclusiva, logo após o recesso desta Casa, Sr. presidente.

Fiz isto em comum acordo com a oposição. Ficou pactuado desta forma, pedindo a anuência de V.Exa. e da Casa também.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

A líder da oposição? Vereadora.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Presidente, em acordo com o líder do governo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então, V.Exas. querem que retire todos os PLs, não é isso?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Todos os PLs de vereadores e vereadoras.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): De vereadores e vereadoras, para que seja votado...

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Logo assim que voltar do recesso, imediatamente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB):

Assim que voltar do recesso, tudo bem.

Então, V.Exas. serão atendidos e eu deixo de votar o projeto hoje, que seria de minha autoria, o *Kiss & Fly*. Não é isso? Não é assim? É porque eu não falo...

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): O seu inglês não é britânico, não, presidente?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): É britânico.

Então, por acordo, retiramos todos os projetos de lei do Legislativo, está certo?

Agora tem aqui a falar Tinoco, Kênio e Ninho. Queria saber de vocês se nós podemos reverter a pauta.

Líder da oposição, por favor.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Pode sim, presidente, da parte da oposição.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Pela parte do governo, Sr. presidente, também de acordo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pelos independentes da mesma forma? Da mesma forma.

Então, vamos votar a Ordem do Dia. Chamar a atenção dos vereadores para que nós possamos realizar a votação.

Projeto de Lei Complementar nº 03/2026, de autoria do Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar, de 15 de março de 1991, na forma que indica. Com o parecer conjunto favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Fiscalização. Com voto em separado.

Há emenda sobre a Mesa? Há emenda sobre a Mesa? Convoco o presidente da CCJ, vereador Alexandre Aleluia, para a emissão do parecer, em Plenário, às emendas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (NOVO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, leitura do parecer oral relativo às emendas apresentadas a respeito do Projeto de Lei nº 03/2026, que altera a Lei Complementar nº 03/1991.

Emenda Modificativa nº 01, que é uma emenda de saneamento de técnica legislativa. Procede ao saneamento formal do PLC nº 03/2026 na forma que segue.

(i) Corrige-se no caput do Art. 26-B, a remissão "Art. 8º, § 19 do Código de Processo Civil" para "Art. 85, § 19 do Código de Processo Civil", explicitando-se que os honorários de que trata a lei são os honorários de sucumbência;

(ii). Corrige-se, no § 2º Art. 26-C, a expressão "orçamento do Procuradoria do Município" para "orçamento da Procuradoria-Geral do Município". É um saneamento aqui ortográfico.

(iii) Suprime-se a indicação "NR" ao final do Art. 26-A a 26-K, por se tratar de dispositivos acrescidos.

(iv) Insere-se ponto e vírgula ao final da alínea “c” do Art. 26-G.

As correções adequam a proposição às normas de técnica legislativa da LC nº 95/1998. A retificação da remissão ao CPC reveste-se de especial relevância: o Art. 8º, § 19, invocado pelo texto, simplesmente não existe no ordenamento, e a remissão do dispositivo inexistente compromete o próprio fundamento normativo da titularidade dos honorários. O dispositivo correto é o Art. 85, § 19 do CPC.

Emenda completamente cabível e necessária ao projeto. Eu voto pelo provimento da emenda.

Leitura agora da Emenda nº 02. É uma emenda aditiva, acrescenta o Art. 26-L à Lei Complementar nº 03/1991, na forma do Art. 1º do PLC nº 03/2026, com a seguinte redação:

Art. 26-L. O somatório dos valores percebidos mensalmente a título de honorários advocatícios com a remuneração e as demais espécies remuneratórias percebidas pelo procurador do município não poderá exceder o limite previsto no Art. 37, Inciso XI da Constituição Federal, ressalvadas as parcelas de natureza legislatória legalmente admitidas.

§ 1º. A observância do limite de que trata o *caput* será apurado mensalmente, de forma individualizada, pelo órgão responsável pela folha de pagamento do município, mediante informação prestada pelo Comitê Gestor FEPGMS.

§ 2º. Os valores de honorários advocatícios que, em determinado mês, não puderem ser pagos ao beneficiário em razão do limite previsto no *caput* permanecerão na conta do FEPGMS e poderão ser repassados em competências posteriores, desde que o pagamento, no respectivo mês, não implique superação do limite estabelecido neste artigo.

§ 3º. Todos os valores a serem pagos aos procuradores do município de Salvador, oriundos da receita de honorários advocatícios, incluindo as verbas indenizatórias, serão exclusivamente custeados com os recursos do FEPGMS.

A emenda concretiza, no texto legal, a limitação ao teto constitucional anunciado na Mensagem e exigida no item 12 da Tese nº 88.319, instituindo o mecanismo de apuração individualizada mensal.

Essa emenda também é da vereadora Marta Rodrigues e eu também opino e voto pela adição, pelo provimento.

Emenda nº 03, também da vereadora Marta Rodrigues. A emenda modifica o Art. 26-H da Lei Complementar nº 03/1991, na forma do Art. 1º do PLC nº 03/2026.

Art. 26-H. Serão divulgados mensalmente, em documento próprio, de acesso público, em sítio eletrônico oficial do município de Salvador:

I - Os valores arrecadados a título de honorários advocatícios;

II - As informações relativas à distribuição dos recursos do Fundo, com indicação das respectivas rubricas e da natureza jurídica das parcelas, observadas as exigências de transparência previstas na legislação e na jurisprudência aplicáveis.

Parágrafo único. Os gestores responderão por eventuais discrepâncias entre os valores divulgados e os efetivamente pagos.

A emenda adequa o dever de transparência do item 15, instituindo a publicação mensal individualizada dos valores percebidos, com indicação das rubricas, e a regra de responsabilização dos gestores. Não há criação de despesa tratando-se de obrigação de publicidade inserida nas regulações ordinárias da Administração.

Também voto pelo provimento, deferimento e incorporação da emenda ao projeto.

Agora, Emenda nº 04. Também uma emenda aditiva, também de autoria da vereadora Marta Rodrigues. Acrescenta o Art. 26-M à Lei Complementar nº 03/1991, na seguinte redação:

Art. 26-M. O FEPGMS tem natureza pública e sujeita-se às normas de direito financeiro e contabilidade pública, ao controle interno do Poder Executivo Municipal e à fiscalização do órgão de controle externo competente.

Parágrafo único. O Comitê de Gestão do FEPGMS prestará contas anualmente na gestão do Fundo, na forma de legislação aplicada.

Também voto pela incorporação da emenda ao referido projeto.

Emenda nº 05. Última emenda, também da vereadora Marta Rodrigues. Modifica o Art. 26, da Lei Complementar nº 03/1991, na forma do Art. 1º, do PLC.

Art. 26-E. O auxílio a que se refere a Lei Complementar Municipal nº 50, de 18 de março de 2010, de natureza indenizatória, será pago aos procuradores do município sob a forma de reembolso.

§ 1º. Para fins de concessão do benefício previsto no artigo, consideram-se dependentes:

I – O cônjuge ou companheiro ou companheira;

II - Os filhos, inclusive, os menores tutelados ou sob guarda judicial, solteiros, menores de 21 anos de idade;

III - Os filhos, inclusive, os tutelados ou sob guarda judicial, de qualquer idade, solteiros, quando se tratar de pessoa com deficiência incapacitante ou inválida, enquanto perdurar a condição;

IV - Os filhos, inclusive, os tutelados ou sob guarda judicial, solteiros, com idade entre 21 e 24, desde que comprovadamente estudantes;

V - Os pais, desde que comprovada a dependência econômica, nos termos da Lei Federal nº 9.250, de 1995.

§ 2º. As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão à conta do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Salvador.

A presente emenda também tem por objetivo aprimorar a redação do 26-E e é totalmente cabível e necessária ao referido projeto. Também peço e voto pela incorporação da referida emenda. Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Alexandre Aleluia.

Colhendo votos na Comissão de Constituição e Justiça. Como vota a nossa vice-presidente Aladilce? O microfone da vereadora, Aladilce, por favor.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

Como vota o vereador Maurício Trindade? Com o relator. Como vota o vereador Rodrigo Amaral?

SR. VEREADOR RODRIGO AMARAL (PSDB): Com relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Como vota o vereador Luiz Carlos?

SR. VEREADOR LUIZ CARLOS (REPUBLICANOS): Com relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Como vota o vereador Paulo Magalhães Júnior?

SR. VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (UNIÃO): Com relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Como vota o vereador Omarzinho?

SR. VEREADOR OMAR GORDILHO (PDT): Com relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

No Plenário, em primeira e segunda discussões. Para discutir. Encerradas as discussões. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei Complementar nº 03/2026 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final.

Projeto de Lei nº 148/2026, de autoria do Executivo, que altera o dispositivo da Lei nº 3.542/1985, que cria o Conselho Municipal da Mulher - CMM, na forma que indica e dá outras

providências. Com parecer conjunto favorável das comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Defesa dos Direitos da Mulher, com emendas. Há emendas sobre a Mesa?

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (NOVO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Pela Ordem, Sr. presidente.

A relatora, agora, do projeto, é a vereadora Ireuda.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Mas não há emendas sobre a Mesa.

Não havendo emendas. No Plenário. Em única discussão. Para discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Srs. vereadores que aprovam o Projeto de Lei nº 148/2026 permaneçam como estão. Aprovado e encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final.

Projeto de Lei nº 153/2026, de autoria do Executivo Municipal, que institui o programa Vida Nova, no âmbito municipal de Salvador, define suas diretrizes, estrutura de governança e instrumentos de priorização, e dá outras providências. Com o parecer conjunto e favorável das comissões

de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Assistência Social e Direito das Pessoas com Deficiência, com voto em separado.

Há emenda sobre a Mesa? Não.

No Plenário. Em única discussão.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para discutir vereadores Hamilton, Marta, vereadora Aladilce. Alguém mais? Vereador Hamilton.

Vereador Hamilton, em cinco minutos dá para discutir? Dá? Ou quer mais tempo?

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Já está pronto o texto aqui.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Quer mais tempo?

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Não.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Se V.Exa. quiser mais tempo, eu coloco 20 minutos.

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Não, não precisa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então, por cinco minutos, vereador Hamilton.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Boa tarde a todos e todos presentes, Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores. Toda política pública de combate à pobreza, ela precisa responder a uma pergunta muito simples: o dinheiro público vai chegar a quem mais precisa ou será utilizado para promover a imagem do governo? Essa é uma pergunta que nós consideramos elementar.

Essa é uma reflexão necessária quando analisamos o Projeto de Lei nº 153/2026, que institui o Programa Vida Nova. O projeto apresenta objetivos importantes como romper o ciclo da pobreza e promover a autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, quando observamos os mecanismos propostos surgem questionamentos que não podem ser ignorados.

Primeiro, o projeto não apresenta um recorte sobre o perfil dessas pessoas que podem ser beneficiadas. Segundo, não discute questões elementares que já estão propostas no Estatuto da Igualdade Racial e que fazem um recorte sobre a questão de raça, que é fundamental e que discute, sobretudo, a ideia de reparação.

Nesse sentido, no projeto, um dos pontos centrais é o chamado benefício de superação, que prevê o pagamento de R$ 900, dividido em três parcelas. Cabe uma pergunta legítima: esse valor é suficiente para garantir a qualificação, geração de renda, inserção no mercado de trabalho ou mesmo o ciclo de pequeno negócio em uma cidade com desafios econômicos de Salvador? Ou a gente está brincando de combate à pobreza?

Outro aspecto que chama a atenção é que, enquanto o auxílio às famílias é temporário, é condicionado à disponibilidade orçamentária. O projeto abre espaço para ampliar incentivos fiscais destinados à divulgação das ações dos programas, ou seja, as empresas que vão fazer propaganda do programa vão ganhar mais dinheiro do que os beneficiados. É uma loucura, não é?

Na prática, a empresa de *outdoor* poderá receber uma compensação tributária ainda maior quando seus espaços forem utilizados para divulgar ações sociais da Prefeitura. É uma escolha que merece debate. Afinal, quando falamos de combate à pobreza, qual deve ser a prioridade? Fortalecer o atendimento às famílias ou ampliar os mecanismos de divulgação institucional para fazer propaganda de governo? Essa é outra pergunta que eu gostaria que o Executivo nos respondesse.

Há ainda uma contradição importante: embora o programa seja apresentado como uma política pública permanente, os benefícios previstos não constituem garantias efetivas para a

população. O próprio texto estabelece que a sua concessão dependerá da existência de recursos disponíveis no orçamento. Essa é uma das contradições, Palhinha, que está aqui colocada. Isso significa que, na prática, quem mais precisa vai continuar sem a segurança de que terá acesso ao benefício. Esse é um outro questionamento que a gente está trazendo.

O projeto também cria novas etapas de validação, incluindo visitas domiciliares e classificações baseadas em índices municipais. Embora o mecanismo de controle seja importante, é preciso avaliar se a estrutura existente será capaz de atender a essa demanda, sem gerar burocracia excessiva e atraso, justamente para as famílias que mais necessitam de apoio, vide o que está acontecendo com as famílias que estão submetidas ao descaso da poluição ambiental lá em São Tomé de Paripe.

Combater a desigualdade exige prioridade no orçamento, exige que os recursos públicos sejam direcionados, acima de tudo, para melhorar a vida das pessoas. Por isso, a pergunta que fica para esta Casa e para toda a sociedade é simples: o Projeto de Lei nº 153/2026 fortalece o direito das famílias em situação de vulnerabilidade ou fortalece a imagem da gestão municipal?

Essa é uma discussão que merece ser feita sobre responsabilidade, transparência e compromisso com aqueles que mais precisam da ação do poder público, porque senão vai ser a lei do vale ou quanto é o peso e pobre vira commodity para

continuar fazendo transferência de recurso público para entes privados.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Marta, por cinco minutos.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Quero mais, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Quer mais? Vereadora Marta, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Muito obrigada, Sr. presidente. É que a matéria requer também que, ao chegarmos até aqui para apresentar o nosso voto, como já apresentamos na comissão conjunta e com uma série de emendas, emendas importantes para aperfeiçoar o texto, as emendas não foram acatadas ao texto para aperfeiçoar.

Então, a gente precisa trazer aqui também a nossa justificativa do porquê do nosso voto. Que no nosso voto está lá, condicionado a votar favorável se as emendas forem acatadas. Como as emendas não foram acatadas, como nós fizemos com o

debate que acabamos de concluir aqui a votação do projeto de lei complementar, das procuradoras e dos procuradores, as emendas foram acatadas, que era a questão de saneamento e também das inconsistências jurídicas e da transparência. E também do Conselho Municipal da Mulher.

Eu quero saudar aqui a rede de enfrentamento à violência, que encaminhou, teve reuniões, um texto com sete emendas. Das sete, cinco foram acatadas. E eu quero aqui trazer em nome da Comissão da Mulher, da presidenta Ireuda e de todas as vereadoras desse entendimento, mas também do nosso líder Randerson Leal, do líder do governo, Kiki, e do presidente da CCJ, o vereador Alexandre Aleluia, que após algumas reuniões que nós fizemos, as emendas foram acatadas, e nós votamos favorável depois de dez anos sem o Conselho Municipal da Mulher.

Então, por isso que eu lhe pedi um tempo maior porque eu preciso aqui para trazer também a importância deste debate do programa que nós estamos aqui analisando agora, que é o Programa Vida Nova, que é o Projeto de Lei nº 153/2026.

Sr. presidente, o programa vem atravessado do início ao fim pela dimensão racial. Enfrentamento das desigualdades raciais que figuram entre os seus princípios. Por isso, que é bom a gente trazer aqui seus princípios, objetivos, que já constam aqui também no próprio documento.

E o quesito também raça-cor compõe obrigatoriamente um índice de vulnerabilidade social, denominado IVS, que foi trazido para cá a experiência que teve no Paraná.

E o que eu quero trazer aqui, Sr. presidente, é o debate sobre a equidade racial e o eixo também da ação, que perpassa pela Secretaria Municipal da Reparação, e a gente precisa levar esse debate com seriedade à Semur, que também integra o comitê gestor.

Em Salvador, esta nossa capital, com grande proporção da população negra do país, tais dispositivos não são acessórios, mas estruturantes de uma política, sendo a Comissão de Reparação, esta comissão, Sr. presidente, que eu estou presidindo, que é uma comissão permanente desta Casa, com competência temática e específica sobre as políticas de promoção da igualdade racial e de reparação.

Recomenda-se, por pertinência a temática, a especialização do exame da matéria, que a proposição teria que ser distribuída para a Comissão de Reparação, para análise e parecer, ao lado das comissões, as outras que já passaram pelo crivo do colegiado, e a gente precisa também se debruçar.

A apreciação da matéria, Sr. presidente, pela Comissão de Reparação, longe de retardar a tramitação, o regime também da reunião da comissão conjunta poderia estar inserido também a Comissão de Reparação. Porque isso dá para a gente trazer o

debate que nós aprovamos nesta Casa, o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial e do Combate à Intolerância Religiosa, trazer para este programa também a nossa população negra, que é maioria nesta nossa cidade e concentra os mais agudos indicadores de vulnerabilidade social.

A ausência deste crivo fragiliza, Sr. presidente, a própria legitimidade do exame legislativo, de uma política que se propõe declaradamente enfrentar as desigualdades raciais. Vai enfrentar de que forma? Como? Cadê o debate? Cadê as emendas que não foram acatadas? É sobre isso que a gente precisa discutir aqui nesta Casa.

Porque a Constituição Federal não se admite, no caso, emendas, e as nossas emendas não eram para onerar o erário público. Muito pelo contrário, eram para aperfeiçoar, como as outras que nós já debatemos aqui hoje, e os dois projetos foram aprovados.

Por isso que as emendas que nós apresentamos, que vêm também do combate ao racismo estrutural e na execução das políticas sociais, nós precisamos adotar o recorte racial como eixo transversal, da letra A até a letra Z. O rol de objetivos não enuncia de forma expressa o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional na própria execução das políticas sociais.

Em um município com o perfil populacional de Salvador, a explicitação deste objetivo, acompanhada de previsão de

estratégias afirmativas em favor da população negra, e em especial das mulheres negras e chefas de famílias que concentram os mais agudos indicadores de vulnerabilidades, confere efetivamente, Sr. presidente, ao princípio da igualdade material, que encontra também o amparo no Estatuto que esta Casa já aprovou, mas tem o Estatuto também da Promoção a nível nacional e a nível estadual.

Então, é este debate que nós precisamos trazer para esta Casa, e quando o prefeito encaminhar um programa desta natureza, tem que também fazer todo este recorte, chamar também os movimentos.

E também, Sr. presidente, neste comitê não consta a presença da sociedade civil, isto é mais um absurdo. Como é que nós vamos trazer um programa que trata desta temática, e a sociedade civil está fora? Nem os conselhos que tratam da temática representada pela sociedade civil. Porque o poder público está, mas nós estamos falando de um outro protagonista importante desta cidade, que são os movimentos negros, de mulheres negras, e os movimentos também que pulsam nesta cidade para este debate que nós estamos fazendo aqui nesta tarde.

Não é um debate para constar, não é um programa pelo programa, que isso nós não queremos. Nós queremos um programa que vem com esse nome de “Vida Nova”, vida nova de

quem, se as pessoas não participaram? Então, nós queremos um programa que de fato vai fazer uma incidência na política e na vida dessas mulheres e desses homens pretos desta nossa cidade, especialmente das nossas crianças.

Então, o projeto, quando a gente trata os critérios, a metodologia, os pesos, as faixas que constam lá no índice de vulnerabilidade social, tem por obrigação contemplar todos esses segmentos já aqui explicitados.

Por isso, Sr. presidente, que as emendas nossas não vão implicar, não implicariam nenhum aumento de despesa para aperfeiçoar o programa Vida Nova mediante a explicitação do combate ao racismo estrutural e da transparência metodológica do IVS e a garantia de acesso dos grupos mais vulneráveis e, também, dos benefícios e a publicidade dos resultados, especialmente o controle social.

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereadora Marta Rodrigues.

Vereadora Aladilce. Cinco minutos ou dez, vereadora? Cinco? Cinco minutos, por favor.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Mas no do Transporte eu quero 15 minutos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): A senhora terá 30 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, da mesma forma que os colegas que me antecederam, o vereador professor Hamilton e Marta Rodrigues, eu quero aqui externar meu voto contrário a esse projeto, considerando os diversos problemas que a gente identifica aqui.

Não somos contra um programa dessa natureza, um programa que visa tirar famílias, pessoas que estão em condição de vulnerabilidade. Não somos contra, pelo contrário, somos a favor. Acho que o município precisa encontrar formas de combater a pobreza desta cidade, que é muito grande. Nós estamos com todos os estudos e indicadores mostrando que Salvador tem uma das piores qualidades de vida. É visível, quando a gente circula pela cidade, que o número de pessoas em situação de rua aumentou em Salvador.

Então, é importante, é necessário que a Prefeitura mande para esta Casa projetos dessa natureza que nos parece, pela ementa, que seria o objetivo deste Projeto de Lei nº 153/2026. No entanto, Sr. presidente, este projeto traz problemas muito sérios

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

que nós tentamos sanar através de emendas. Têm várias ilegalidades no projeto.

Nós temos, por exemplo, uma delegação de poder excessivo ao Executivo. É como se a gente estivesse criando uma norma em branco. Nós vamos aprovar um projeto que estabelece auxílios pecuniários de R$ 300, R$ 600 e R$ 1,2 mil a famílias em situação de vulnerabilidade. Porém, no projeto de lei não fica claro quais são os critérios que serão utilizados para a concessão desses benefícios. Essas famílias serão escolhidas pelo prefeito e por secretários, que é o comitê gestor no programa, e, portanto, é uma delegação de poder excessiva a essas autoridades, sem controle.

Então, nós não temos clareza dos critérios, não estão estabelecidos no projeto de lei. Então, nós não sabemos que critérios serão adotados para a concessão e quem vai escolher é o prefeito e alguns secretários que também nós não sabemos. Então, nós não podemos aprovar uma norma em branco.

Tem outro artigo que viola o princípio da impessoalidade e da isonomia, ou seja, os beneficiários desse programa terão prioridade no atendimento em serviços públicos, ignorando filas que já existem em serviços públicos, por critérios técnicos e outros critérios também já estabelecidos em lei. Então, quebra o princípio da isonomia que é estabelecido, inclusive, na Constituição Federal.

Nós temos também nesse projeto, nessa proposta, a falta de controle social. É necessário, na arquitetura de todas as políticas sociais do país, inclusive deste município, o estabelecimento de conselhos gestores para que a população possa participar, possa opinar garantindo uma legitimidade no funcionamento, na gestão desses recursos. Isso não acontece.

Portanto, precisaria de um conselho gestor com a participação popular, para que a gente pudesse dar legitimidade e legalidade, inclusive, a esse projeto.

Além disso, tem um jabuti incluído nesse projeto, que é uma coisa muito esquisita, é uma coisa que fere frontalmente, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diz respeito a conceder uma compensação de tributos, Sr. presidente, compensação de tributos que vai ser de até 80% para as empresas de veiculação de propaganda que veicularem alguma matéria relativa a esse programa. Ou seja, elas terão abatimento, uma compensação, do que teriam que pagar de ISS, por exemplo, de tributos ao município.

Nos parece irrazoável o município mandar esse projeto aqui, com essa norma, que é uma norma estranha, é uma norma de matéria tributária, não deveria estar aqui. É, portanto, um jabuti que foi incluído, como se diz no popular, nesse projeto aqui.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Quero aqui também me associar aos colegas que falaram que a forma de enfrentar a pobreza, a vulnerabilidade da população periférica desta cidade, da população pobre, da população negra, não é através de um programa como esse, que é um programa que a gente não tem nenhum controle, que não tem transparência, que a gente não sabe como as pessoas, as famílias vão ser escolhidas. Nós precisamos verdadeiramente fazer um debate sério, um planejamento adequado para reduzir a pobreza.

Nós estamos em ano de planejamento urbano. O planejamento urbano desta cidade tem que colocar como seu objetivo maior reduzir a vulnerabilidade das famílias que vivem em situação de rua, das famílias que vivem em situação de pobreza, das famílias que vivem, das milhares de famílias que vivem com renda de até dois salários mínimos, que a gente sabe que estão nas periferias desta cidade.

Então, Sr. presidente, por isso e pelo fato de o líder do governo não ter conseguido emplacar as emendas que nós oferecemos para sanar as ilegalidades, nós indicamos o voto contrário a este programa Vida Nova Salvador.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Aladilce.

Vereador Sílvio Humberto. Cinco ou dez, Sílvio? Cinco? Por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Vou utilizar o milagre da síntese. Boa tarde a todos. Eu vou me associar aqui aos pronunciamentos de Aladilce, de Marta, de Hamilton.

O que me chama a atenção no programa Vida Nova, acima de tudo, é quando traz a questão do caráter multidimensional da pobreza. Ou seja, se você entende que o caráter é multidimensional, significa que você tem o recorte de gênero, o recorte racial, o recorte territorial, o recorte de região. Isso é o que caracteriza o caráter, a visão, que é um avanço em relação a entender que a pobreza existe sem cor, sem gênero e sem raça. Mas quando você vai avaliar o programa, você não vê esses recortes, essas dimensões dentro do programa.

Então, a minha assessoria preparou aqui pelo menos nove pontos de alerta para tentar entender melhor esse projeto. É interessante combater a pobreza? É evidente! Mas essa é uma cidade — e eu tenho dito desta Tribuna aqui, não me cansarei de repetir, infelizmente — que é uma cidade rica, mas não uma cidade próspera. Não é próspera porque a riqueza não é

distribuída e essa população não é tratada com dignidade. Esse projeto devolve dignidade à população? Infelizmente, não. Há que se perguntar — e me chama a atenção a contradição —, porque é um programa proposto por um partido que se coloca o tempo todo como defensor de ideias liberais e sempre se pergunta qual é a porta de saída dos programas sociais. E aí, há que se perguntar, nesse projeto aqui, o Vida Nova: qual é a porta de saída do Vida Nova que vai transformar a vida dessas famílias em uma nova vida? Tem? Não tem. Isso está posto aqui? Não está.

E mais: o que chama a atenção é o que a vereadora Aladilce trouxe aqui, em termos de compensação, fazendo uma compensação tributária, é o fato de as empresas de outdoor, ao fazerem a sua propaganda, se fizerem ação social, elas vão ter aí, no pagamento da taxa, que podem compensar, antes 60%, podem compensar até 20% ou mais, podem chegar até 80%.

Aí você pergunta: dois pesos e duas medidas? As empresas ainda vão ganhar nas costas dos pobres, porque na medida em que você vai fazer outdoor para estimular as pessoas a fazerem doações ou a fazerem propaganda de ações sociais, por que não faz isso de forma gratuita? Onde está a responsabilidade social dessas empresas? Tem? Não tem.

Então, esse programa, infelizmente, essa forma um tanto açodada que o programa apresenta, o Vida Nova, que traz o diagnóstico inicial desse caráter multidimensional da pobreza, ele

não tem ações aqui dentro que dialoguem, que apontem, que enfrentem esse caráter multidimensional da pobreza, sobretudo quando diz que a desigualdade é racial. Ou seja, não dialoga, não entende, na verdade, o que nós chamamos de interseccionalidade. Qual é a interseção que ocorre com o gênero? Qual é a interseção que ocorre com a questão racial? Qual é a interseção que ocorre com o território? Não tem.

E não surpreende, porque essa administração não é uma administração que tem como foco enfrentar a pobreza, não tem como foco enfrentar, de verdade, ter ações estruturantes para o enfrentamento da pobreza em nossa cidade.

(*Sirene de tempo toca.*)

Sr. presidente — concluindo —, infelizmente, nós estamos diante de um programa ou de uma proposta de um programa que sinaliza para esse caráter — eu estou insistindo nisso — multidimensional da pobreza, enquanto diagnóstico, mas, na hora das ações, o programa, de fato, não apresenta ações que vão tornar, vereador Palhinha, essa política pública, cumprindo o seu caráter de ser eficaz, ou seja, de atingir o seu objetivo, ser eficiente, fazer mais com menos, e ter efetividade, ou seja, ter eficácia.

Eu lamento. Porque isso está aqui falando sobre a vida das pessoas. É vida nova, mas não vai garantir uma nova vida que garanta prosperidade para as pessoas porque não aponta quais

são as saídas. Tem programa de qualificação aqui dentro? Não fala isso.

Não é só dar o recurso, mas você precisa garantir condições mínimas para que as pessoas sejam empoderadas e tenham condições de sair. Salvador, e sua região metropolitana, é a segunda, quando você calcula, isso para as demais regiões metropolitanas, Salvador tem o segundo pior indicador, e esse índice de vulnerabilidade social não diz absolutamente nada. A Prefeitura que vai construir, que vai apresentar, que vai elaborar? Mais do que isso: como é que você vai falar dos pobres, Sr. presidente, — encerrando com isso —, como é que você vai falar dos pobres sem os pobres? Como é que você vai ter um programa que tem um conselho gestor que só tem o prefeito e as secretarias?

A possibilidade disso ter efetividade e de se transformar em algo eleitoreiro, é, e principalmente neste ano, está escrito. Basta provar, porque os resultados, infelizmente, não têm como foco de fato resolver e enfrentar o problema da pobreza em nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Eu que agradeço, vereador Sílvio Humberto.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 153/2026 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final. Votos contrários da oposição.

Projeto de Lei 154/2026, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027. Não? Mas justamente é porque eles erraram aqui na arrumação.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Agora é o nº 172, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Justamente. É porque eles erraram aqui na arrumação.

Projeto de Lei nº 172/2026, de autoria do Executivo, que autoriza a concessão de subsídio orçamentário ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus convencional e ao subsistema de transporte especial complementar, referente ao exercício 2026, e dá outras providências. Com parecer conjunto favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Redação Final; Orçamento, Fiscalização e Transporte; Trânsito e Serviços Públicos. Em voto separado. Há emenda sobre a Mesa? Não há emenda sobre a Mesa. No Plenário. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs.

vereadores que aprovam o Projeto de Lei nº 172/2026 permaneçam como se encontram.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para discutir? Aprovado.

O projeto já está aprovado, V.Exas. irão discutir. V.Exas. terão dez minutos para declarar voto. Dez minutos para declarar, pode vir. Dez minutos vereadora Aladilce, dez minutos vereadora... Quem mais vai querer falar? Dez minutos vereadora Marta. Mais alguém?

Por dez minutos a vereadora Aladilce. Depois a vereadora Marta, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, não usarei os dez minutos regimentais que V.Exa. está garantindo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Se V.Exa. quiser 30 minutos, terá.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Não, não precisa.

Mas uma matéria dessa, Sr. presidente, uma matéria dessa a gente não pode votar sem justificar por que nós estamos votando contra. Por isso eu vou fazer aqui essa fala dizendo o seguinte: nós reconhecemos o problema sério que nós temos na cidade, que é o transporte coletivo por ônibus hoje, a situação grave que o transporte vive. Sabemos que é um problema não só de Salvador. Mas, Sr. presidente, é preciso que se diga que nós precisamos de uma medida, nós precisamos de uma atitude do Executivo, elaborada junto com esta Casa, que é a Câmara Municipal, que representa o povo de Salvador. Nós precisamos de medidas para resolver o problema do transporte público.

O prefeito, sem nenhum processo de discussão maior, sem ativar o Conselho Municipal de Transporte, que está inativado há muitos anos, sem discutir com a sociedade, sem levantar, sem ouvir a população, manda para cá mais um pedido de subsídio.

Eu quero resgatar que, em 2023, esta Casa aprovou o subsídio de R$ 230 milhões. No ano passado, 17 de novembro de 2025, R$ 67 milhões de subsídios também foram aprovados, sob o argumento de que o transporte ia entrar em colapso se esta Casa não aprovasse este subsídio. Nós aprovamos o subsídio, exatamente pressionados por conta da necessidade de pagamento

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

de rodoviários, de cumprimento das obrigações, de renovação da frota.

E nos primeiros dias de janeiro deste ano, o prefeito reajustou a tarifa para R$ 5,90, transformando a tarifa por ônibus em Salvador como a quarta mais cara do país e a mais cara do Nordeste, uma tarifa acima do serviço de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Então, mostra que não é por aí que vai se resolver o problema do transporte em Salvador. É preciso um debate mais profundo, é preciso que a gente, inclusive, acompanhe como é que esse recurso está sendo utilizado, de onde esse subsídio vai ser direcionado para as empresas de ônibus. Inclusive, o prefeito ameaça, faz uma espécie de chantagem com a Casa, que, se não aprovar o subsídio, vai aumentar a passagem para R$ 6,40. Foram as declarações dadas aí, como se, pela pressão que faz à Casa, a gente tivesse a obrigação de aprovar o subsídio, a gente fosse ceder.

Então, quero chamar a atenção que nós precisamos debater. Esse recurso, que é dado a título de subsídio, qual é o plano de aplicação que vem sendo feito? Quem acompanha? Como acompanha? A renovação de frota que é prometida nunca chega.

Nós temos na cidade, o que a gente vê, é uma frota caindo aos pedaços, ônibus velhos, sujos, sem manutenção, que quebra

no meio da rua. As linhas foram suprimidas, o prefeito prometeu retomar as linhas e não retomou várias linhas. Então, uma série de questões que precisam ser discutidas, e não é o subsídio.

Esse valor, inclusive, não resolve. Quero dizer, chamar a atenção, presidente, e aqui fazer um registro. Até parabenizar os empresários do Integra, que estiveram aqui na audiência pública e disseram que R$ 80 milhões de subsídios não resolve o problema, que precisaria de uns R$ 200 milhões. Então, mostra que este projeto, da forma como foi feito, às pressas, e mandado para cá, não vai resolver o problema, mais uma vez.

E tem mais: é um subsídio que é dado agora como perdão de dívida, não é recurso. Não vai ter recurso saindo do caixa da Prefeitura para as empresas, para o Sistema Integra. A Prefeitura perdoa dívidas do Sistema, em uma operação que a gente não tem como rastrear.

Então, são várias questões que nós precisaríamos, inclusive, que o secretário de Mobilidade ou alguém determinado por ele tivesse vindo à Casa para discutir, para debater com esta Casa sobre as questões que estão aqui nesse projeto de lei.

Portanto, estou fazendo esta fala aqui e também nós temos o apelo dos rodoviários. A frota é muito velha, coloca em condições deploráveis de trabalhos rodoviários, que estão com problemas de saúde mental, de saúde física.

Então, são várias questões que nós temos nesta cidade. O valor da tarifa é alto e a contrapartida social para esses subsídios nunca vem. É 95% da tarifa bancada pela população. Isto precisa ser discutido, porque é uma população pobre, e a gente está aqui aprovando benefícios pecuniários para melhorar a situação. Então, melhora por um lado e se tira por outro, porque a tarifa é de um valor estratosférico. Também quando a gente investe em subsídio, saindo dos recursos dos cofres municipais, quem acaba pagando é a população.

Então, Sr. presidente, eu fico por aqui, já me despedindo aqui da Tribuna, porque nós vamos para o recesso nos breves dias. Aproveito também, Sr. presidente, para reforçar o convite a todos e todas para nós irmos hoje, daqui a pouco, às 17h, para a inauguração da primeira estação do VLT, que já é uma realidade no Subúrbio de Salvador. Isso, sim, pode ajudar a melhorar o desenvolvimento, a avançar o desenvolvimento econômico e social desta cidade.

Então, quero aqui aproveitar para parabenizar o governador Jerônimo por esse feito que, com certeza, vai mudar a paisagem e a urbanização daquela região.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Aladilce. Vereadora Marta, 10, 20 ou 30 minutos?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): 30 minutos. Brincadeira, Sr. presidente, é brincadeira.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então por dez minutos, vereadora Marta Rodrigues.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Muito obrigada, Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras. É importante, Sr. presidente, a gente trazer aqui essa nossa análise deste projeto, porque o subsídio do transporte público, embora um instrumento legítimo de política pública, nem sempre é empregado em Salvador de forma reiterada e crescente, sem que se demonstre a correspondente melhoria do serviço.

Portanto, Sr. presidente, a fixação de aportes sucessivos, na ausência de estudos técnicos conclusivos e de contrapartidas, converte o erário em garantidor de operação privada e não de qualidade de serviço prestado ao cidadão e à cidadã.

E eu quero registrar, Sr. presidente, aqui que nós não somos contra o subsídio público, porque a gente tem que compreender o transporte público como um direito social, e não uma mercadoria. É razoável que o custo do serviço seja

partilhado entre usuários e não usuários por meio de política universalizante. O que não se admite é que o empenho de recursos públicos sirva de garantia de rentabilidade à concessionária, desvinculando de metas de qualidade e de mecanismos de controle de participação social.

Então, é sobre essa luz que nós apresentamos o nosso voto, também contrário, com diversas emendas. Essas emendas não foram acatadas. Por que, Sr. presidente? A gente precisa ter muita cautela no momento que o prefeito encaminha para esta Casa um projeto de lei. É necessário também o debate, a transparência, audiência pública e não, já agora, no último dia, encaminhar o projeto.

Tem aqui, Sr. presidente, um quadro que é bom a gente trazer, do subsídio de transporte. Em 2023 e 2024, o valor autorizado foi de R$ 205 milhões. A vigência foi até 2024. Então, R$190 milhões de ônibus e R$15 milhões para o Stec. Então, em 2025, Sr. presidente, o valor autorizado de R$ 67 milhões até 31 de 2025. R$ 63 milhões para ônibus e R$ 4 milhões para o Stec. Em 2026, R$ 80 milhões. É esse que está sendo discutido agora, aqui, na Casa.

Por isso que é bom que quem está nos acompanhando, através da nossa TV, das nossas redes sociais, para a gente poder entender. R$ 80 milhões, é esse projeto que está aqui, para o exercício de 2026. R$ 75 milhões para ônibus e R$ 5 milhão para

Stec. Por isso que essa série de autorizações é importante a gente estar apresentando, para que a nossa população acompanhe e entenda também o que está sendo aprovado nesta Casa, nesta tarde de quarta-feira.

Então, Sr. presidente, o que evidencia é que essa política de subsídio não foi acompanhada de melhorias proporcionais perceptíveis na prestação do serviço público. Apesar dos sucessivos aportes financeiros, nós não estamos vendo nenhuma melhoria. O que nós recebemos é o quê? Reclamações da população, dos usuários, de superlotação dos veículos, longos intervalos de viagem, supressão de linhas, insuficiência de frotas em horário de pico, dificuldade de integração entre os modais e deficiência na cobertura de determinadas regiões da nossa cidade.

Por isso, Sr. presidente, nós estamos falando aqui de recursos públicos, recursos que são pagos através da população, dos seus impostos. E isso é muito grave. O sistema tem aumentado significativamente, nos últimos anos, os indicadores da qualidade, percebido também entre os usuários. Então, a redução que a gente encontra das linhas, que a cada dia mais vem cortando, vem diminuindo, é esse desrespeito com a população.

Vem também mais um absurdo: sem demonstração de objetivos e de metas. É isso que nós pedimos, os indicadores de

desempenho ou mecanismos eficazes de aferição de resultados, e esta Casa não tem. Não sei se algum vereador da Casa dispõe. Se dispõe, por favor, repasse para a gente, porque nós da oposição não recebemos. Por isso que a gente apresenta as emendas e cobra.

Então, a gente também não tem essa análise, a não ser o que chega aqui e o que a gente tem condições de fazer, do que está publicado, as contrapartidas concretas por parte das concessionárias. A vinculação desses subsídios e os parâmetros mínimos de qualidade, de regularidade, de conforto, de acessibilidade e a expansão da oferta.

Por isso que o transporte público, como serviço público, é essencial, e ele é um direito que a população tem, a mobilidade urbana. Quando a gente fala de mobilidade, a gente fala da integração dos modais, do respeito. Desconhecem os desafios econômicos enfrentados pelo setor, que, depois da pandemia, acelerou a vinda de mais subsídios e a redução de números de passageiros transportados. Nós, aqui da Casa, que a todo momento que vem, aprova e não acompanha, não recebe os dados e a transparência.

A mera ampliação dos subsídios, desacompanhada de estudos técnicos detalhados e das metas de desempenho, como indicadores de qualidade, mecanismos, transparência, fiscalização, tende a perpetuar um modelo que socializa os

serviços, sem assegurar a melhoria dos serviços. Em vez de funcionar como instrumento de reestruturação do sistema, o subsídio corre o risco de converter esse mecanismo permanente de cobertura — que a gente já está vendo —, de déficit operacionais, sem alterar causas estruturais, perda de eficiência e a insatisfação dos usuários, de quem paga.

Só para quem está nos assistindo, acompanhar também e ver através das nossas redes, a evolução da tarifa do transporte coletivo em Salvador. Em 2023, a tarifa era R$ 5,20. O reajuste foi de 6,12%, porque naquela época o valor era R$ 4,90. Em 2024, R$ 5,20. Foi mantida a mesma tarifa. Em 2025, R$ 5,60. Quanto foi o aumento? 7,69%. E em 2026, em que nós estamos aqui, R$ 5,90. E qual foi o valor do reajuste? 5,3%.

Por isso que nós precisamos aqui ter, presidente, todo este pedido de transparência e trazer também a esta Casa esses dados, porque não dá para estar a todo momento aprovando subsídio sem estar acompanhado de estudos técnicos, mostrando também para a gente por que desse valor. Vem, não resolve e acaba também, como a vereadora Aladilce disse aqui. É para perdoar essa dívida? Não vai resolver. Enquanto a gente vê aqui o debate que nós acabamos de fazer do programa Vida Nova, olha quanto foi destinado e olha quanto vai agora para os empresários: R$ 80 milhões.

Então é sobre isso que nós precisamos debater, presidente. Peço... eu sei — e já concluindo — que a única vez que nós recebemos aqui, Sr. presidente Carlos Muniz, a tabela, foi quando o senhor foi lá e pediu. Nós recebemos desta vez. De lá para cá, não recebemos nunca mais essa tabela, para a gente saber se tem coerência, de que forma é que está. É para a Casa também conhecer.

Então é isso que eu peço também ao presidente, que, por gentileza, faça essa pressão. Vamos pedir. Por isso que o nosso voto é um voto contrário, porque não tem demonstração de medidas de compensação e nem prova de que a renúncia não vai afetar as metas fiscais. Por isso que nosso voto aqui também é contrário, porque é o debate que nós fizemos. Não tem nenhuma contrapartida para quem paga de fato e quem assegura o transporte público em Salvador.

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereadora Marta. Vereadora Eliete. Por dez ou cinco minutos, vereadora? Por cinco minutos, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, esse é um dos temas que atravessa muito a Cidade do Salvador. A gente está falando da Cidade do Salvador e não inclui as ilhas de Salvador. Salvador tem três ilhas, e não existe transporte público. E aí, quando a gente vem ver os investimentos que fazem no transporte público... por isso que é bom a gente vir aqui e dizer por que eu estou me abstendo, porque, de fato, a sociedade não participa dessa negociação, não tem um diálogo com a sociedade civil e, sobretudo, com as populações das ilhas.

A gente está falando de quase 20 mil habitantes que não têm transporte público na Cidade do Salvador. O Mandato Popular das Águas, quando chega aqui na Câmara, trazendo essa pauta, a gente fez projeto de indicação, tanto para o município e tanto para o governo do estado, na perspectiva de melhorar a mobilidade das comunidades, da Suburbana, envolvendo as ilhas.

Sobretudo o transporte público na Cidade do Salvador é horroroso. Os ônibus tudo caindo aos pedaços, fedidos, sem nenhuma condição, principalmente quando são os ônibus dos bairros periféricos da Cidade do Salvador, que vêm de São Tomé de Paripe, que vêm de Cajazeiras, que vêm de bairros periféricos. Eles escolhem os ônibus piores para colocar nesses bairros, caindo aos pedaços, sem nenhuma condição humana de

transporte. E a gente vê os discursos, como sempre, usando o corpo do povo preto para favorecer cada vez mais os grandes empresários.

Então, nesse aspecto, eu queria dizer que a gente não é contra nenhum projeto que garanta a mobilidade urbana na Cidade do Salvador, mas tem que pensar a Cidade do Salvador como um todo, tem que enxergar a Cidade do Salvador e as pessoas que utilizam esse meio de transporte como gente, como humano.

É por isso que a gente traz essas revoltas, a gente traz esse lugar da desigualdade perversa e profunda que tem com o povo da Cidade do Salvador. A gente não pode ficar mais uma vez na mão do prefeito, dos grandes empresários, que não colocam, de fato, e que usam nossos corpos, que usam o dinheiro público e não garantem a mobilidade urbana digna para esta cidade.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Pela Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Eliete.

Pela Ordem.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, estou acompanhando atento a sessão. Só queria um esclarecimento. Parece que o projeto de lei do subsídio ao transporte já foi aprovado. Então, nós estamos tendo declaração de voto?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): É.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Então isso significa que a oposição — ou pelo menos aqueles que ali subiram — são contrários ao projeto de lei do subsídio. É isso que eu estou entendendo.

Ou seja, a oposição aqui representada pelo Psol, pelo PCdoB, pelo PT, é contra o subsídio ao transporte. Por eles, aumenta a tarifa. É isso que eu quero entender. Porque, pela oposição... Porque discutir transporte para as ilhas, a condição do ônibus — que esta Casa já aprovou empréstimo — é muito fácil.

Agora, nós estamos discutindo? Não, nós já aprovamos o subsídio, por maioria da bancada do governo, porque a gente não quer aumento de tarifa para a população. Que fique claro que a oposição aqui, representada pelos vereadores do Psol, do PCdoB, do PT, querem aumento de tarifa, porque foram contrários ao subsídio.

Obrigado.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Pela Ordem, Sr. presidente.

SRA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Claudio Tinoco.

Vereadora Eliete.

SR. VEREADOR HELIO FERREIRA (PCdoB): Pela Ordem, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

É muito fácil para o senhor, vereador Claudio Tinoco, dizer que para mim é fácil falar. Não existe transporte público nas ilhas. É disso que eu estou aqui falando. Claro, para o senhor é fácil se mobilizar, mas para a nossa população não é. O senhor não pega ônibus, não pega metrô, tem outras condições.

A minha fala vai nessa linha, da necessidade. Quando se fala de subsídio, está falando de subsídio para melhorar as condições do transporte público, que não existe. Eu, como moradora de Ilha de Maré, tenho reivindicado, inclusive

reivindiquei até aqui na Câmara, olhar os vereadores que... claro, como eu sou a primeira vereadora das ilhas, eu não tenho transporte público para que eu vá para a minha casa, porque só tem transporte terrestre, não tem o barco. Eu reivindico isso enquanto vereadora da Casa.

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Pela Ordem, Sr. presidente.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Pela Ordem, Sr. presidente.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Então, não coloque, vereador Claudio Tinoco, palavra em minha boca. Eu não preciso disso, eu não preciso disso. E eu aqui disse que me abstenho, me abstenho, sendo que o que estou falando é o que estou vivendo.

Lógico que eu não quero que aumente o transporte público, porque já é um absurdo, é o segundo transporte mais caro do Nordeste. Quando a gente entra no ônibus, a gente vê o ônibus caindo aos pedaços, fedorento, uma mobilidade urbana horrorosa. Eu, como vereadora, tenho o direito de, aqui, colocar as minhas questões que me atravessam enquanto essa mulher da ilha.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Pela Ordem, presidente.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Questão de Ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Esperem aí. Vou dar o Pela Ordem ao vereador Palhinha e depois eu vou dar. Todo mundo vai falar, tenha calma. Fale.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 - **PELA ORDEM**.

Pela Ordem, presidente. Solicito a prorrogação da sessão por duas horas.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Por uma hora, por uma hora.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sessão prorrogada por uma hora.

Vereadora Marta Rodrigues, por favor. Espere aí, vereador Tinoco, V.Exa. irá falar.

Vereadora Marta Rodrigues.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, eu fui no Púlpito e tive bastante nitidez na minha fala. Falei o modelo que está aqui, que nós discordamos de como o prefeito vem fazendo. Eu falei também que nós não somos contra o subsídio. E dizer que no aumento anterior teve subsídio e teve aumento de tarifa.

Então, o que é que justifica? A balança não está equilibrada. Por isso que o debate é importante e a transparência, para deixar aqui com bastante nitidez e não ter nenhuma dúvida do que a gente subiu ali e falou.

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

V.Exa. vai falar. Vereador Hamilton, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

É rápido, Sr. presidente.

Nós apresentamos um debate na reunião da Comissão Conjunta, um projeto de emenda que propõe a discussão sobre a tarifa zero. Esta emenda foi derrotada lá dentro. O nosso voto nós condicionamos o nosso voto à aprovação desta emenda. Então,

por quê? Porque nós estamos reiteradamente promovendo subsídios, que nós não somos contra, até porque a proposta de tarifa zero, vereador Claudio Tinoco, propõe exatamente o subsídio compartilhado com o estado, com o governo federal e todo mundo. Perfeito?

Portanto, dizer que a gente aqui é a favor do aumento da passagem de ônibus é uma inverdade, quiçá uma irresponsabilidade, porque omite um debate que nós estamos querendo fazer nesta Casa, que é o debate sobre a tarifa zero, que o prefeito se recusa a fazer, diz que não é dele a responsabilidade, mas é ele que tem a gestão sobre o território.

Nós sabemos que o que nós temos de elementos para este debate, colaborado com os movimentos sociais, principalmente com o Observatório da Mobilidade Urbana e com o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo, é de que pelo menos o que a gente já subsidia daria para ter 80% garantido para a gente estabelecer a tarifa zero. Nós queremos propor este debate, nós queremos propor este debate.

Então, vir aqui com falsas palavras, falso discurso, querer falsear o debate ou tirar de cena o nosso debate central, acho que esta não é uma — vamos dizer assim — postura digna.

É só isso que tenho para dizer, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Vereador Helio, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HELIO FERREIRA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, gostaria de falar com V.Exa. e todos os nobres colegas que a votação deveria ter se dado de uma forma mais... ouvindo os encaminhamentos primeiro. Acho que a votação foi um pouco açodada e criou um mal entendido. Eu votei a favor do subsídio, por causa do conhecimento e com a autorização da bancada, que me liberou, pelo fato de eu ter este conhecimento dentro do sistema e ver a necessidade do transporte público, que está na UTI.

Eu não posso ser o culpado, por esse conhecimento, que o transporte entre em um colapso antes do momento, que está se desenhando de entrar em um colapso.

Então, acho que desta forma teria evitado este debate desnecessário e alguns comentários que digo que são até maldosos, mal-intencionados, que provocaram uma situação que não prestou atenção ou não deu para observar o voto de cada vereador.

Inclusive, a imprensa está aqui, sempre um e outro repórter me perguntando qual foi o meu voto, pelo fato da forma e do jeito que foi votado.

Então, é só está observação a V.Exa.

Agradeço.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Questão de Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador, Claudio Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, a minha Questão de Ordem é em referência ao artigo do nosso Regimento Interno que disciplina como nós devemos nos tratar aqui neste Plenário. Eu não citei nominalmente nenhum vereador, nenhuma vereadora, citei os partidos. Mas fui citado nominalmente e vou responder nesta Questão de Ordem a S.Exa. vereadora Eliete Paraguassu.

A senhora não conhece a minha vida. Eu lhe conheci aqui em janeiro de 2024. A senhora nunca conheceu a minha mãe, Lenilde, que por muitas vezes tinha que fazer eu passar por baixo

da catraca do ônibus, porque ela só tinha o dinheiro para a passagem dela. A senhora nunca me viu ir às ilhas, me deslocando para Madre de Deus, pegando um "potopotó" lá para poder me dirigir a Paramana. A senhora não me conhece para fazer as afirmações.

Se hoje eu não ando de ônibus ou de metrô e ando num carro alugado pela Câmara Municipal, eu sou igual à senhora, que, inclusive, dizem que pediu até que esse carro fosse blindado.

Então, como a senhora não me conhece, a senhora deveria se dirigir a este vereador também como S.Exa., porque desta forma a gente pode ir para o debate. Veja a senhora que a minha Questão de Ordem fez a senhora esclarecer o seu voto. Eu tinha entendido que a bancada da oposição estava votando contrária ao subsídio, e a senhora se absteve. Então, dentro deste Plenário eu ajudei a senhora a esclarecer o seu voto para toda a população, não só das águas, da ilha, mas de toda a Cidade do Salvador.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Pela Ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem, vereadora Eliete.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Primeiro, que eu não devo satisfação ao senhor, — a V.Exa.! —, Sr. Claudio Tinoco, porque eu devo à Mesa e eu devo ao meu grupo aqui. A esses é que eu devo minha relação, de qual o voto que eu coloquei.

Segundo: quem é a vereadora das ilhas aqui, se não é a Eliete Paraguassu, a primeira? Então não tem como você falar das ilhas e não falar de partido, não falar de Hamilton e Eliete, que são os vereadores aqui do partido Psol. Ou a gente cita o partido sem os vereadores da Casa? Eu acho que isso não existe.

Então, qualquer um que falar em nome de mobilidade urbana e disser que é fácil, que não viver a vida dos povos das ilhas, eu vou tratar dessa forma. E não é o senhor que vai dizer qual é a forma que eu devo ou não tratar qualquer vereador, desde quando eu não estou ferindo o Regimento e eu não estou ferindo o Conselho de Ética, sobretudo as pessoas que eu respeito aqui nesta Casa. Tá legal?

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereadora.

Na realidade, eu não queria me ater a esse assunto, mas como eu estudo muito, eu vou dizer aqui a vocês o seguinte. O transporte público em Belo Horizonte, subsídio de R$ 400 milhões. São Paulo, mais de R$ 1 bilhão. Rio de Janeiro, mais de R$ 800 milhões. Não existe transporte público no Brasil que venha a ter qualidade, a qualidade que a gente quer dar um transporte público ao povo, sem subsídio. Em lugar nenhum do mundo existe.

V.Exas. têm 100% de razão quando falam que o transporte público de Salvador é um transporte caótico, é um transporte que eu não teria, se minha mãe fosse viva, coragem de deixar que ela pegasse um transporte público como o ônibus. Eu não deixaria.

Mas eu dou um exemplo aqui a vocês de subsídio em metrô, que é um excelente meio de transporte em Salvador. Mas se não fossem os quase R$ 800 milhões por ano, a passagem do metrô iria custar R$ 10.

E outra coisa: com esse subsídio que está vindo aí, os empresários, vereadora Aladilce, e os representantes dos empresários que compareceram aqui falaram a verdade a V.Exa. Isso aí não vai resolver o problema do transporte público.

Entendeu? Por quê? Existe um número de pessoas transportadas, que no estudo diz que são 15 milhões de pessoas e na realidade são 13 milhões/mês. Só isso aí elevaria a passagem para mais de R$ 7.

Então, para que a passagem fosse equilibrada hoje, hoje, a passagem teria que custar mais de R$ 7 em Salvador. E se hoje o município não fizesse o que está fazendo, em agosto ou até agosto o transporte público de Salvador iria entrar em colapso.

Eu estudo muito isso porque eu me preocupo com o dia a dia das pessoas de Salvador, pode ter certeza. Volto a dizer a vocês que se minha mãe fosse viva, eu não teria coragem de deixar minha mãe pegar um transporte público, de forma nenhuma. Mas não são esses quase R$ 80 milhões... porque quem votou o projeto, quem estudou o projeto diz: até R$ 80 milhões. Nós não sabemos nem quanto que vai ser. Nós só sabemos que esse subsídio só pode chegar a até R$ 80 milhões. Não é isso, vereador, que representa o sindicato dos motoristas e cobradores do transporte público de Salvador, Helio Ferreira? Não é isso?

Então, o que acontece? Se não houver o subsídio, o transporte entra em colapso. Eu mesmo vou dizer aqui a vocês que me preocupo muito com isso. Quando houve o colapso de uma bacia, que foi a bacia da Orla, a chamada CSN — estou estudando tanto com Helio que já sei até o que foi que aconteceu

naquele período —, a Prefeitura de Salvador recebeu 700 ônibus. 700 ônibus! Olhem o que eu estou dizendo aqui a vocês. Quando devolveu para as concessionárias que assumiram, devolveram 250, porque o restante estava tudo em sucata.

A Prefeitura de Salvador não tem condições nenhuma, nem prefeitura nenhuma do Brasil tem condições de tomar conta de transporte público. Eu acho que a Prefeitura de Salvador tem condições de realizar projetos em saúde, educação, habitação, no social, e realizar projetos em transportes. Agora, assumir o transporte de Salvador, pode ter certeza que vai ser muito pior do que é hoje. E todo dia isso eu converso com o prefeito.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Pela Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Quero dizer aqui a vocês o seguinte: eu, quando peço que vocês estudem o projeto, que vocês façam o debate, principalmente vocês da oposição, é porque eu tenho uma preocupação de amanhã nós termos um colapso no transporte público de rodas. Quando nós tivermos esse colapso nós vamos ter colapso também no metrô, porque é o transporte de rodas que leva o passageiro até o metrô. Entendeu?

Então, se nós não fizermos nossa parte... Porque se houver um colapso, a Câmara Municipal não tem problema nenhum, porque ela fez a parte dela. Veio o projeto do Executivo e nós

aprovamos esse projeto, que ele está dizendo que resolve o problema do transporte.

E amanhã, vereadora Aladilce e vereadores de oposição, se houver um colapso, o problema é exclusivamente do Executivo Municipal de Salvador, e não da Câmara Municipal. A Câmara Municipal está fazendo a parte dela. Entendeu?

A discussão de vocês, eu entendo que não é por causa do subsídio, eu entendo que vocês falaram que vocês querem algo com transparência. Eu também acho que deve haver essa transparência. Nós podemos exigir isso da Semob e da Arsal, que são os órgãos fiscalizadores. Mas eu sei que vocês não são contrários ao subsídio, vocês cobram transparência.

Eu concordo que tem que haver transparência, mas se esse projeto não fosse votado hoje, vocês podem ter certeza de que até agosto o transporte de Salvador entraria em colapso e iriam culpar a Câmara Municipal e os vereadores por não terem votado esse projeto. E se esse colapso vier pós-agosto? A Câmara não tem culpa nenhuma, porque a Câmara Municipal, nós, preocupados com a situação que o povo hoje vive no transporte público, nós votamos o projeto do Executivo que veio para cá. Está certo?

É isso que eu quero dizer. Eu não queria nem tocar no assunto, mas é um desabafo de tanto estudar esse projeto, de tanto tentar fazer que tenha uma solução para o transporte

público. R$ 80 milhões não vão solucionar em nada o transporte público. Está havendo uma compra de 300 ônibus feita pelo município, que já tem ônibus que já era para estar rodando, mas está vendo de que forma esses ônibus podem entrar também como subsídio. Então, são várias coisas que estão sendo feitas.

Agora, eu quero dizer aqui a vocês que a Câmara está fazendo a parte dela. Eu tenho certeza que vocês todos colaboraram para que isso acontecesse.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Pela Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem, vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, nós fomos citadas. Eu fui citada, porque sou, no momento aqui, representante do PCdoB. Eu queria deixar bem claro que nós, como o senhor disse, não somos contra subsídios. Nós sabemos que o transporte, seja do governo do estado ou Prefeitura, precisa de subsídio. Nós já sabíamos que, desde quando foi feita a licitação, esse modelo que foi adotado

não daria certo. A gente vem levantando isso, que precisa de um debate.

Nós somos contra a falta de transparência, falta de funcionamento do conselho. Se a gente vota sempre a favor, sem levantar essas questões, o prefeito vai ficar à vontade, sempre mandando projeto em cima da hora, da forma como foi agora. Não manda o secretário aqui para discutir. Aliás, proíbe secretário de vir, o presidente da Arsal, de vir discutir com a gente, que poderia ter feito um debate amplo e profundo aqui.

O pessoal da Integra disse aqui que é de R$ 200 milhões que precisa, então daqui a pouco vem outro pedido de subsídio. Nós não queremos que a tarifa aumente, vereador Claudio Tinoco. Nós somos a favor da tarifa zero. É isso que a gente quer, não é a chantagem que o prefeito fica fazendo. Ele disse que não iria aumentar, que precisaria do subsídio em novembro do ano passado e, quando foi em janeiro, mandou o reajuste da tarifa. Então ele vai reajustar a tarifa de qualquer jeito. A gente vê que não é isso que vai resolver. São essas questões que a gente quer levantar.

Só fazendo o debate amplo através do conselho, ouvindo as pessoas, porque a população de Salvador está revoltada com o que está acontecendo. Eu acho que a gente tem responsabilidade sobre isso, Sr. presidente, então eu queria deixar bem claro que o nosso voto é um voto para marcar que essa forma como a

Prefeitura vem fazendo, fazendo de conta que está resolvendo o problema do transporte, não vai resolver, e a gente precisa.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Sr. presidente.

SR. VEREADOR OMARZINHO GORDILHO (PDT): Pela Ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Eliete.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, eu uso o Púlpito e uso este espaço com muito respeito. Não gosto e nunca foi o meu perfil o de pregar mentira, principalmente pregar mentira em um espaço tão importante como a Câmara Municipal de Vereadores e Vereadoras da Cidade do Salvador, este município que é tão importante, que é exemplo não só na Bahia, mas em todo o Brasil.

O vereador Claudio Tinoco aqui afirmou que eu pedi carro blindado. E aí eu quero saber do senhor quando foi que você ouviu isso da minha boca. Por que eu digo isso? Porque a primeira vez, quando eu logo fui eleita, eu fui para uma reunião

com o presidente da Câmara, e aí Hamilton e a comissão do Psol que estava acompanhando...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nunca houve isso, vereadora. Nunca houve isso.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Quem falou para mim foram os representantes do partido, perguntando se na Câmara de Vereadores de Salvador existia algum projeto de segurança, por conta do caso de Marielle Franco, vereador Claudio Tinoco, que foi assassinada. Eu, como vereadora do Psol também, que sou e que vivo em ameaça, essa foi uma pergunta que pairou naquela conversa.

Primeiro, eu não tenho tempo para ter medo. Eu venho de um lugar de resistência, eu venho de um lugar onde as mulheres defendem aquele território, por conta dos empresários, com seu corpo, com sua mente, com suas ideias, entendendo a necessidade de defender aquele território quilombola, que foi o único espaço de trabalho para essas mulheres. Eu, como essa mulher que defende o mangue, vivenciei muitos momentos de alerta e tentativa de assassinato. Então, a pergunta foi essa.

Esse mesmo empresário que me persegue tem muitos conchavos políticos dentro da Prefeitura Municipal de Salvador. Esse era um dos argumentos que a gente trazia ali, pela questão de segurança, porque eu teria que morar na Cidade do Salvador.

Eu queria, Sr. presidente, que o senhor me desse um pouco de tempo, porque são falas que a gente precisa dizer não só para quem está aqui e para quem está nos assistindo, porque a mentira ela paira. É igual um pedaço de papel que você rasga e joga no vento, que não volta atrás.

Então, Claudio Tinoco, procure se informar melhor de onde foi que saiu essa conversa, porque da minha boca não foi. E eu assumo, como uma mulher negra, filha de um pescador e de uma marisqueira, e que não teme, eu assumo tudo aquilo que eu faço e que eu falo.

E aqui eu estou dizendo ao senhor que eu nunca vim aqui na Câmara Municipal de Salvador pedir carro blindado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB):V.Exa. irá falar.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): E se precisar, eu vou pedir Pela Ordem de novo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não, eu sei, eu sei, vereadora. Se a gente for continuar Pela Ordem, Pela Ordem, Pela Ordem, Pela Ordem, Pela Ordem, você sabe o que a gente vai fazer? A gente vai com a sessão até 24h.

Eu vou pedir uma sessão especial amanhã para nós podermos votar o projeto.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Não dá, não, porque eu tenho um voo daqui a pouco. Para amanhã não dá, não, mas eu fico aqui e já posso esperar até a hora que for.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Está certo. Então, o que é que acontece. V.Exa. nunca teve essa conversa comigo, certo? Então, se houve essa conversa, foi com qualquer outra pessoa da Câmara, menos com o presidente, tá certo?

Vereador Claudio Tinoco. Vereador Claudio Tinoco, depois vereador Omarzinho, depois vereador Sidninho.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Sr. presidente, com felicidade de todos nós, esta sessão, como todas as outras, são transmitidas ao vivo pela TV Câmara, ficam gravadas, e este vereador disse, desta Tribuna, que “dizem que pediu”. Eu vou responder à S.Exa., vereadora Eliete Paraguassu, não sou eu que peço esse tratamento, não. Quem pede é o Regimento Interno da Casa. Por mim, a senhora me

chama até de Tinoco, Claudio, você. Não tem problema. Me chamam de Tino aqui. E é sem baratino.

Mas vamos lá. Eu tenho que tratar dessa forma porque a forma de tratamento, muitas vezes, é má interpretada. Eu já abro até um parêntese porque a gente conversa tão pouco. Conversávamos antes, trocávamos mensagens pelo WhatsApp, mas depois daquela invasão tudo mudou.

Então, eu gostaria muito de voltar a conversar, poder discutir temas. Eu vou dizer de onde é que eu ouvi. Até mesmo porque tem muita gente da imprensa aqui. Eu vou começar a ler. *Site* Combate Racismo Ambiental, chama-se racismoambiental.net.br. Título da matéria: Câmara de Salvador nega pedido de carro blindado à vereadora Eliete Paraguassu. Isso foi publicado no dia 4 de janeiro em 2025.

Tribuna da Bahia, no dia 3 de janeiro em 2025. Vereadora do Psol solicita carro blindado à Câmara de Salvador.

Panorama da Bahia, no dia 4 de janeiro em 2025. Vereadora do Psol solicita carro blindado à Câmara de Salvador.

Piatã FM, uma das rádios mais ouvidas na Bahia, 4 de janeiro em 2025. A vereadora recém-empossada Eliete Paraguassu solicitou à Câmara Municipal de Salvador um carro blindado após receber ameaças. Piatã replicou.

Tribuna da Bahia, Notícias da Bahia. Tem algum representante aqui? Entre aspas: “sou uma mulher militante,

defensora do meio ambiente e sou ameaçada". Aspas, quando a imprensa pública aspeado, é quando ouve da fonte.

Então, foi dessa forma que eu ouvi dizer. Mas eu acredito em V.Exa. e acredito também, sobretudo, no presidente Carlos Muniz. Todas essas notícias são *fake news*. A partir de hoje está esclarecido.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vossa Excelência irá falar. V.Exa. irá falar depois do vereador Omar. Depois do vereador Sidninho V.Exa. fala. Vá, vereador Omarzinho.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR OMARZINHO GORDILHO (PDT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Presidente, eu utilizo este momento porque nós ouvimos uma crítica de nossa nobre colega vereadora — nossa nobre colega vereadora Aladilce — falando que o prefeito proíbe os secretários de conversar junto aos vereadores, que parece que isso acontece.

Mas a senhora, minha nobre colega vereadora, esteve essa semana, inclusive, com nossa secretária de Políticas Públicas

para as Mulheres e para a Juventude, onde construímos uma emenda em conjunto que foi aprovada aqui no Plenário.

Inclusive, aprovamos o Conselho das Mulheres. Mas a senhora generalizou. Então, inclusive, vamos pedir esta correção na Ata, para que isso conste, porque todos os nossos secretários sempre estão disponíveis para atender a senhora e assim também discutir os projetos daqui da Casa.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, só para esclarecer, eu quero fazer justiça ao secretário de Mobilidade, quero fazer justiça ao secretário de Mobilidade. Eu falei que nesta audiência, certo? Tudo indica que foi ordem para ele não vir, porque inclusive teve um vereador que disse: "Ele não vem, ele não vem".

Então, porque o secretário de Mobilidade sempre nos recebeu, foi para audiência pública fora da Câmara, ao nosso convite. Então, nós estranhamos que ele não viesse, nem ele, nem o presidente da Arsal. E estranhamos porque o costume dele é o diálogo.

Então, eu quero esclarecer que foi para esta audiência, que foi da mais alta importância, foi muito bom que a gente tivesse tido o debate para levantar todas essas questões aqui.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereadora.

Quero dizer aqui a vocês que eu tinha compromisso às 17h30min, meu compromisso já encerrou, já mandei cancelar aqui. E agora vou votar o projeto aqui, um por um, quem quiser ficar, que fique, os projetos serão votados, não vai ser votado por página, vai ser votado um por um.

Vereador, Sidninho,

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO (PP)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Presidente, vou ser breve, mas não posso deixar de fazer este registro, até porque V.Exa. é um grande conhecedor da causa

do transporte municipal, mas nosso grande inimigo é o governo do estado. Na compra, na aquisição desses equipamentos, muito se pode fazer isenção desse ICMS. Na aquisição dos combustíveis para esses equipamentos, para o transporte municipal, cabe também uma isenção desse ICMS. Cabe também isenção de IPVA, ou seja, diversos tributos estaduais vêm sendo tributados, quando deveriam ter isenções. E daí, pudessem incorrer em menos aporte do município para tentar salvar este transporte municipal. Então, Sr. presidente, a gente tem que tratar disso, fazer este registro.

O município vem fazendo sua parte, a Câmara vem fazendo sua parte, mas o governo do estado não vem fazendo sua parte no momento que ele continua fazendo a cobrança destes tributos que cabe isenção. E assim sendo, diminuindo este incentivo que vem quebrando a máquina pública, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Sidninho.

Vereadora Eliete.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, mais uma vez, venho aqui, porque assim, eu não sei se a sociedade sabe, quem é que de fato me persegue: é o Rei do Gás. É o segundo homem mais rico do estado da Bahia, que manda nas mídias, em algumas das mídias, e que logo quando é para me expor, vai sair em vários canais, em vários veículos.

Eu tenho apresentado tanto projeto de nação e fiz tanta coisa na minha comunidade, mas não sai nos veículos de comunicação. E aí a gente sabe porquê. Lógico que foi tentativa de me humilhar, tentativa de me expor, tentativa de dizer: "Ah, marisqueira agora está querendo carro blindado". Lógico que ia sair um bocado de matéria, vereador Claudio Tinoco. E tanto outros projetos que eu tenho feito de nação, não sai em jornal, em veículo nenhum.

Aí lembro do A Tarde que, toda segunda-feira, O Carrasco faz matéria extensa, me chamando de pseudoquilombola, de falsa pescadora, que não existe racismo ambiental, que na Baía de Todos-os-Santos não tem quilombola, para mim isso é normal. E quando se trata com tentativa de me hostilizar, lógico que o que vale é o capital. E este cara, ele é o segundo homem mais rico, e ele vai mandar onde ele quer e tem vontade. E as mídias, muitas das que nesses veículos que estão a serviço do capital e a serviço de grandes empresariados, vai se favorecer para fazer o que o empresário quer.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): E não sei se vocês também souberam que em Ilha de Maré foi despejado, Ilha de Maré, Bom Jesus e Paramana, na época da minha campanha, R$1 milhão para não votarem em Eliete Paraguassu.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Era para sair nos jornais, mas não saiu, não saiu nos jornais, os vereadores que foram para lá, entraram em grupinho de WhatsApp para me hostilizar, para implementar conflito, semear discórdia, não vai sair nos jornais. Aí nos jornais sai o que quer.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora, obrigado, vereadora. Senão a gente não termina a sessão hoje, está certo, vereadora.

SRA. VEREADORA ELIETE PARAGUASSU (PSOL): Pode vir quente que estarei fervendo. Sou uma mulher do Psol, sou uma mulher de movimento social e jamais espaço nenhum vai querer me silenciar e querer dizer o que eu tenho que falar ou querer subir neste Púlpito para ser meu professor.

Está para nascer!

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 - **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado vereadora. Vereadora Marta, V.Exa....

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Não, já falei.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Já falou? Então nós vamos votar a LDO e depois nós votamos os projetos um a um. Projetos.... agora a minha pressa acabou. Agora quem estiver com pressa, já era. Está com pressa, Sílvio?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): É porque vou ter uma sessão daqui a pouco aqui no Plenário. Vai ser eu e Marta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB Então se V.Exa. está com pressa, eu vou votar por página.

Projeto de Lei nº 154/2026, de autoria do Executivo que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para exercício financeiro de 2027, e dá outras providências. Com Parecer Favorável, com emendas, da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, publicada na forma regimental. No Plenário. Em primeira e segunda discussões.

Para discutir, vereador Hamilton. Dez minutos, vereador Hamilton, para V.Exa. fazer a sua discussão. Lembrando,

vereador, que teremos uma sessão do vereador Sílvio e da vereadora Marta Rodrigues após o término desta sessão aqui.

Se V.Exa. puder ser rápido...

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, boa tarde. Eu vou cantar uma musiquinha aqui antes de começar, Sílvio. "Por favor, não me provoque. Eu só quero ver o Ilê passar".

Eu também tenho o mesmo sangue da guerra da minha companheira Eliete. Eu acho que todas as provocações necessárias, que foram necessárias, precisam ser respondidas porque senão as pessoas divulgam do jeito que querem, não é Eliete? É assim que fazem.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores, hoje concluímos a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu peguei o meu texto errado. Me dê um minuto. Desconte um minuto da minha fala, que eu vou pegar meu texto.

(*O vereador Hamilton Assis desce da Tribuna para buscar o texto correto.*)

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador, V.Exa. acabou? Não?

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): V.Exa. não estava me ouvindo. Falei para descontar o minuto do meu tempo, porque peguei o texto errado. Achei. Pronto, obrigado. Desconta um minuto do meu tempo, não tem problema.

Hoje concluímos a aprovação da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027. Eu quero registrar que a discussão da LDO vai muito além de números, tabelas e previsões financeiras. A LDO é um instrumento que revela as prioridades de governo. Ela mostra quem será beneficiado pelas decisões orçamentárias e quais problemas da cidade receberão a atenção efetiva da gestão municipal.

Foi exatamente por compreender a importância dessa matéria que nosso mandato apresentou um conjunto de emendas com o objetivo de tornar o orçamento mais justo, mais transparente e mais comprometido com as necessidades da população de Salvador.

Propusemos que a Prefeitura assumisse como prioridade explícita as áreas fundamentais como saúde pública, educação pública, assistência social, cultura, habitação de interesse social e valorização dos servidores e servidoras municipais.

Propusemos investimentos voltados para a redução das vulnerabilidades sociais, o fortalecimento dos serviços públicos

nas periferias, a ampliação da educação infantil e as ações preventivas diante dos riscos climáticos que afetam milhares de famílias da nossa cidade.

Propusemos mais transparência com a regionalização do orçamento da Prefeitura-bairro para que a população pudesse acompanhar de forma clara onde os recursos públicos estão sendo aplicados.

Propusemos também ampliar a participação popular no processo orçamentário, levando o debate para os bairros, ouvindo as comunidades e garantindo o retorno às propostas apresentadas pela população.

Propusemos fortalecer a rede própria municipal de educação, ampliando a construção de novas escolas e centros de educação infantil, em vez de aprofundar a dependência de soluções terceirizadas que apontam na direção da privatização da nossa educação.

Propusemos iniciar os estudos para implantação da tarifa zero, entendendo que a mobilidade urbana é um direito e uma ferramenta de inclusão social.

Propusemos ainda ampliar a criação da rede municipal de cursinhos populares para ampliar as oportunidades da juventude negra e democratizar o acesso ao ensino superior.

Mas é preciso registrar, em toda a transparência, que nenhuma dessas propostas foi acolhida nas comissões que

fizeram o debate. Todas as emendas apresentadas por nosso mandato foram rejeitadas pela maioria desta Casa. Esse fato merece reflexão, porque quando se rejeita uma emenda que fortalece a saúde, faz-se uma escolha política. Quando se rejeita uma emenda que amplia a transparência do orçamento, faz-se uma escolha política. Quando se rejeita uma emenda que fortalece a educação pública, a participação popular, a prevenção de riscos climáticos ou ampliação de oportunidade para a juventude, também se faz uma escolha política.

O orçamento é acima de tudo a expressão das escolhas de um governo e de sua base de apoio. Respeitamos o resultado da votação, porque faz parte do processo democrático, mas não podemos deixar de registrar a nossa discordância quanto às prioridades que prevaleceram.

Seguiremos defendendo que o orçamento municipal seja utilizado como instrumento de combate à desigualdade e promoção dos direitos sociais. Seguiremos defendendo mais investimento nos bairros populares, mais participação da população nas decisões públicas, mais transparência na aplicação dos recursos e mais fortalecimento dos serviços públicos.

As nossas emendas foram rejeitadas, mas as demandas que elas representam continuam existindo nas comunidades, nas escolas, nas unidades de saúde, nos bairros periféricos e na vida

cotidiana do povo de Salvador, que é predominantemente negro e periférico.

Por isso, nossa atuação não termina com essa votação. Continuaremos fiscalizando, apresentando propostas e cobrando que o orçamento da cidade esteja à altura dos desafios enfrentados pela maioria da nossa população. Governar é escolher prioridades, e nós continuaremos escolhendo aquelas prioridades que são fundamentais e que podem fazer a diferença na vida do nosso povo, principalmente o povo pobre, negro e da classe trabalhadora dos servidores públicos desta cidade.

Muito obrigado, Sr. presidente. E meu voto é contrário à LDO, em função das rejeições de nossas emendas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Nós que agradecemos, vereador Hamilton Assis.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 154/2026 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado em Redação Final.

Iremos votar aqui por página. Quem tiver a Ordem do Dia na mão, por favor. Há um PL ainda aqui, viu?

Projeto de Lei nº 192/2026, que institui o Programa Bem-Estar. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Orçamento, Finanças e Fiscalização. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Iremos votar por página aqui.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem, vereadora.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM**.

Presidente, é para a gente observar, igual na votação anterior, só das vereadoras e vereadores presentes no Plenário a votação.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Certo. Então nós não vamos votar por páginas? Vereadora, se V.Exa. quiser que seja feito dessa forma, nós poderemos fazer. Agora, eu vou ter que separar os projetos que os vereadores não estejam aqui, porque a Ordem do Dia não é construída de forma que nós possamos saber se o vereador vai estar aqui ou não. Se eu fizer isso, eu não poderei votar página por página.

Como não é projeto de lei, é projeto de resolução, essas coisas, eu vou pedir a V.Exa. que libere hoje e que a gente não vote esse projeto página por página.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Vamos liberar hoje, porque a gente tem uma sessão daqui a pouco, eu e Sílvio.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Está certo, vereadora. Muito obrigado.

Projetos de Resolução nº 33/2026 e nº 34/2026, da pág. 1. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de resolução da pág. 2. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Fiscalização. Em única discussão. Encerrada a

discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de resolução da pág. 3. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 3 e da pág. 4. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 5. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 6. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 7. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Projetos de indicação da pág. 8. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 9. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projetos de indicação da pág. 10. Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Projeto de indicação da pág. 11. Com parecer favorável... Não, espere aí. Aí são moções. Moções da pág. 11. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da pág. 12. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da pág. 13...

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Presidente, a gente tem voto contrário aqui.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Certo, diga.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): À Moção nº 187/2026 e à Moção nº 189/2026.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nº 186 e nº 189.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Nº 187 e nº 189.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nº 186, nº 187 e nº 189.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Não, nº 187 e nº 189.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nº 187 e nº 189 com os votos contrários da oposição.

Moções da pág. 13. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Tem aqui também, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Diga.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Uma abstenção na nº 195/2026 e um contrário na nº 205/2026.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Abstenção na nº 195/2026 e contrário à nº 205/2026.

Então, chamando a atenção da abstenção na nº 195/2026 e à nº 205/2026, da oposição.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Contra. Contrário.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Contrário.

Moções da pág. 14. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da pág. 15. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da pág. 16. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Requerimentos. Requerimentos da pág. 17. Pág. 16?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Começa na 16.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Desculpe. Requerimentos da pág. 16, que começa com nº 115/2026, e os requerimentos da pág. 17. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Há sobre a Mesa aqui algumas indicações que estão sem pareceres. Eu quero chamar aqui o presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que sejam dados esses pareceres nos projetos de resoluções, por favor. Vereador Alexandre Aleluia. Está com os projetos na mão? Já?

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (NOVO)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, leitura oral dos pareceres de alguns projetos. São oito de resolução e concessão de títulos e um projeto de indicação.

Projeto de Resolução nº 54/2026. Concede Título de Cidadão Soteropolitano ao Sr. Clyde Morgan. Vereador Sílvio Humberto. Pela aprovação do referido projeto.

Projeto de Resolução nº 60/2026. Título de Cidadão para Hélinah Cardoso Moreira, autoria de Cris Correia. Também pela aprovação.

Projeto de Resolução nº 61/2026, Título de Cidadão ao Sr. Sadi Masiero, autoria da Mesa Executiva. Também pela aprovação.

Título ao Sr. Mayk Richard Soares Wendler, também da Mesa. Pela aprovação.

Projeto de Resolução nº 63/2026, Título ao ministro Flávio Dino, também da Mesa. Pela aprovação.

Projeto de Resolução nº 64/2026, é o Título à professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, desembargadora federal Nilza Maria Costa dos Reis, de autoria do presidente. Pela aprovação.

Projeto de Resolução nº 65/2026, é o Título ao tenente coronel Allan Urbano Lau Guanais Mineiro, da Mesa. Pela aprovação também.

Projeto de Resolução nº 66/2026 é uma Medalha Thomé de Souza — não um título — ao vice-almirante Gustavo Calero, também da Mesa. Também pela aprovação.

Projeto de Indicação nº 382/2026, de autoria do vereador Kênio, que indica ao prefeito a realização de estudo de viabilidade técnica para a instalação de um ponto avançado da Guarda Municipal de Salvador na avenida Antônio Carlos Magalhães, especificamente no complexo de passarelas que interliga a região do Shopping da Bahia. Pela aprovação.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Alexandre Aleluia, presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Colhendo votos na Comissão de Constituição e Justiça. Vereador Aladilce, como V.Exa. vota? Vereador Maurício Trindade, como V.Exa. vota? Com o relator. Vereador Rodrigo Amaral? Com o relator. Vereador Luiz Carlos? Vereador Paulo Magalhães? Com o relator. Vereador Omarzinho? Com o relator. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Como vota o vereador Paulo Magalhães na Comissão de Orçamento? Com o relator. Como vota a vereadora Marta Rodrigues na Comissão de Orçamento? Com o relator. Como vota o vereador Alexandre Aleluia? V.Exa. foi o próprio relator. Como vota o vereador Kel Torres? Com o relator. Como vota a vereadora Roberta Caires? Não está presente. Como vota o vereador David Rios? Não está presente.

Aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, e Redação Final; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Projetos de Resolução nº 54/2026, nº 60/2026, nº 61/2026, nº 62/2026, nº 63/2026, nº 64/2026, nº 65/2026, nº 66/2026. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

votação. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovados.

SR. VEREADOR CEZAR LEITE (PL): Questão de Ordem, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Um minuto, um minuto.

Projeto de Indicação nº 382/2026. Em única discussão. Encerrada a discussão. Com o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, em Plenário. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, gostaria de registrar meu voto contrário ao Projeto de Resolução nº 63/2026.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Voto contrário do vereador Cezar Leite à Resolução nº 63/2026.

Hoje encerramos o trabalho em paz, graças a Deus. Quero dizer a todos vocês que tenham um São João em paz, em família. Que Deus abençoe a todos e que estejamos prontos para, no mês de agosto, trabalharmos muito mais do que estamos trabalhando para melhorar a vida do povo na nossa cidade, da nossa querida Salvador. Um beijo no coração de todos. Fiquem com Deus!

Encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimentais.

Obrigado a todos!